

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
4 - NIRE 25300322746		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Joaquim Floriano, 913		2 - BAIRRO OU DISTRITO Itaim Bibi	
3 - CEP 04534-013	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 3074-2404	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX	11 - DDD 011	12 - FAX 3074-2405	13 - FAX -
14 - FAX -			
15 - E-MAIL ri@ohlbrasil.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Alessandro Scotoni Levy			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Joaquim Floriano, 913		3 - BAIRRO OU DISTRITO Itaim Bibi	
4 - CEP 04534-013	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3074-2404	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX	12 - DDD 011	13 - FAX 3074-2405	14 - FAX -
15 - FAX -			
16 - E-MAIL alessandro@ohlbrasil.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	1	01/01/2010	31/03/2010	4	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Edgar Jabbour					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 839.554.458-87		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	68.889	68.889	68.889
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	68.889	68.889	68.889
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estrangeira Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3110 - Emp. Adm. Part. - Const. Civil, Mat. Const. e Decoração
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Gerenciamento de concessões públicas
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO/E	30/04/2010	Dividendo		ON	0,6077294560

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 08/06/2011	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	1.500.922	1.432.119
1.01	Ativo Circulante	99.312	92.798
1.01.01	Disponibilidades	14.523	12.018
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	14.523	12.018
1.01.02	Créditos	57.368	48.333
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	57.368	48.333
1.01.02.02.01	Contas a receber - sociedades ligadas	57.368	48.333
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	27.421	32.447
1.01.04.01	Despesas Antecipadas	120	133
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	8.952	8.720
1.01.04.03	Adiantamentos para novos projetos	311	256
1.01.04.04	Dividendos a receber	17.687	22.978
1.01.04.05	Outros Créditos	351	360
1.02	Ativo Não Circulante	1.401.610	1.339.321
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	419.920	419.872
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	416.000	416.000
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	3.920	3.872
1.02.01.03.01	Cauções contratuais	83	83
1.02.01.03.02	Depósitos Judiciais	3.777	3.717
1.02.01.03.03	Outras contas a receber	60	72
1.02.02	Ativo Permanente	981.690	919.449
1.02.02.01	Investimentos	976.288	914.482
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	976.288	914.482
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	5.058	4.642
1.02.02.03	Intangível	344	325
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	1.500.922	1.432.119
2.01	Passivo Circulante	102.895	93.455
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	52.343	44.573
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	312	833
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	7.339	5.195
2.01.04.01	Obrigações Sociais	4.946	3.648
2.01.04.02	Obrigações Fiscais	2.393	1.547
2.01.05	Dividendos a Pagar	41.866	41.866
2.01.05.01	Dividendos Propostos	41.866	41.866
2.01.06	Provisões	826	837
2.01.06.01	Provisões diversas - Sociedades Ligadas	826	837
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	209	151
2.01.08.01	Cauções Contratuais	13	13
2.01.08.02	Outras contas a pagar	196	138
2.02	Passivo Não Circulante	356.000	356.000
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	356.000	356.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	356.000	356.000
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.042.027	982.664
2.05.01	Capital Social Realizado	549.083	549.083
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	515.215	455.852
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(22.271)	(22.271)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(22.271)	(22.271)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	60.903	60.903	17.455	17.455
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(4.434)	(4.434)	(4.080)	(4.080)
3.06.02.01	Gerais e administrativas	(3.621)	(3.621)	(3.549)	(3.549)
3.06.02.02	Remuneração da Administração	(1.355)	(1.355)	(958)	(958)
3.06.02.03	Tributárias	(654)	(654)	(606)	(606)
3.06.02.04	Outras receitas operacionais, líquidas	1.196	1.196	1.033	1.033
3.06.03	Financeiras	1.848	1.848	1.411	1.411
3.06.03.01	Receitas Financeiras	10.987	10.987	13.705	13.705
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	10.978	10.978	13.676	13.676
3.06.03.01.02	Varição cambial, líquida	9	9	29	29
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(9.139)	(9.139)	(12.294)	(12.294)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	63.489	63.489	20.124	20.124
3.07	Resultado Operacional	60.903	60.903	17.455	17.455
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	60.903	60.903	17.455	17.455
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.066)	(1.066)	(707)	(707)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	59.837	59.837	16.748	16.748
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Mil)	68.889	68.889	68.889	68.889
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,86860	0,86860	0,24312	0,24312
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(3.710)	(3.710)	(5.016)	(5.016)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	(64.494)	(64.494)	(20.827)	(20.827)
4.01.01.01	Depreciações e Amortizações	242	242	193	193
4.01.01.02	Baixa Ativo Imobilizado	29	29	0	0
4.01.01.03	Despesas de juros, Líquidas	(1.276)	(1.276)	(896)	(896)
4.01.01.04	Equivalência Patrimonial	(63.489)	(63.489)	(20.124)	(20.124)
4.01.01.05	Constituição de Provisão para Conting.	0	0	0	0
4.01.01.06	Recebimento de Dividendos	0	0	0	0
4.01.01.07	Recebimento de JCP	0	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	947	947	(937)	(937)
4.01.02.01	Contas a Receber	12	12	239	239
4.01.02.02	Créditos Diversos	9	9	(5)	(5)
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	13	13	(120)	(120)
4.01.02.04	Imposto a Recuperar	(232)	(232)	(2.872)	(2.872)
4.01.02.05	Outras contas a receber	0	0	(83)	(83)
4.01.02.06	Depósitos Judiciais	(60)	(60)	(90)	(90)
4.01.02.07	Fornecedores	(519)	(519)	38	38
4.01.02.08	Obrigações Sociais	1.298	1.298	633	633
4.01.02.09	Obrigações Fiscais	846	846	1.315	1.315
4.01.02.10	Outros	(420)	(420)	8	8
4.01.02.11	Dividendos Recebidos	0	0	0	0
4.01.03	Outros	59.837	59.837	16.748	16.748
4.01.03.01	Lucro Líquido do Período	59.837	59.837	16.748	16.748
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	6.215	6.215	1.579	1.579
4.02.01	Aquisições de Ativo imobilizado	(661)	(661)	(113)	(113)
4.02.02	Adições de Investimento	(20.000)	(20.000)	(40.001)	(40.001)
4.02.03	Empréstimo de Mútuo - Empr Ligadas	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2010 a 31/03/2010	4 -01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.02.04	Adiantamento para Novos Projetos	(55)	(55)	(4)	(4)
4.02.05	Adições ao Intangível	(45)	(45)	(106)	(106)
4.02.06	Redução de Capital de Sociedade Control.	0	0	0	0
4.02.07	Aumento de Capital da Sociedade Control.	0	0	0	0
4.02.08	Recebimento de dividendos - Ex. anterior	15.027	15.027	8.557	8.557
4.02.09	Receb. de juros sobre o capital próprio	6.658	6.658	5.789	5.789
4.02.10	Recebimento de dividendos	5.291	5.291	27.457	27.457
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	0	0	0	0
4.03.01	Captações - Emprést. e Financ.	0	0	0	0
4.03.02	Pagamentos - Emprést. e Financ.	0	0	0	0
4.03.03	Pagamentos de Dividendos	0	0	0	0
4.03.04	Pagamento de Mútuos	0	0	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	2.505	2.505	(3.437)	(3.437)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.018	12.018	5.332	5.332
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.523	14.523	1.895	1.895

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	549.083	0	0	455.852	0	(22.271)	982.664
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	549.083	0	0	455.852	0	(22.271)	982.664
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	59.837	0	59.837
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03.01	Retenção de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	(474)	0	(474)
5.12.01	Lucro líquido do trimestre	0	0	0	0	0	0	0
5.12.02	Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	0	(474)	0	(474)
5.13	Saldo Final	549.083	0	0	455.852	59.363	(22.271)	1.042.027

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	549.083	0	0	455.852	0	(22.271)	982.664
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	549.083	0	0	455.852	0	(22.271)	982.664
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	59.837	0	59.837
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03.01	Retenção de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	(474)	0	(474)
5.12.01	Lucro líquido do trimestre	0	0	0	0	0	0	0
5.12.02	Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	0	(474)	0	(474)
5.13	Saldo Final	549.083	0	0	455.852	59.363	(22.271)	1.042.027

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	3.576.022	3.467.614
1.01	Ativo Circulante	554.912	532.244
1.01.01	Disponibilidades	461.597	442.192
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	461.597	442.192
1.01.02	Créditos	60.699	64.228
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	60.699	64.228
1.01.02.02.01	Contas a Receber	60.612	64.141
1.01.02.02.02	Contas a Receber - Pessoas Ligadas	87	87
1.01.03	Estoques	2.684	2.279
1.01.04	Outros	29.932	23.545
1.01.04.01	Despesas Antecipadas	10.979	6.762
1.01.04.02	IR & CS Diferido	0	0
1.01.04.03	Impostos a Recuperar	14.256	13.550
1.01.04.04	Adiantamento para novos projetos	311	256
1.01.04.05	Outros Créditos	4.386	2.977
1.02	Ativo Não Circulante	3.021.110	2.935.370
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	78.510	79.867
1.02.01.01	Créditos Diversos	5.456	5.298
1.02.01.01.01	Aplicações financeiras restritas	5.456	5.298
1.02.01.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.01.03	Outros	73.054	74.569
1.02.01.01.03.01	Impostos a recuperar	1.653	1.699
1.02.01.01.03.02	Despesas Antecipadas	481	510
1.02.01.01.03.03	Cauções contratuais	97	98
1.02.01.01.03.04	IR & CS Diferido	59.996	61.530
1.02.01.01.03.05	Depósitos Judiciais	10.767	10.660
1.02.01.01.03.06	Outras contas a receber	60	72
1.02.02	Ativo Permanente	2.942.600	2.855.503
1.02.02.01	Investimentos	1.053	1.053
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	32.202	27.671
1.02.02.03	Intangível	2.909.345	2.826.779
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	3.576.022	3.467.614
2.01	Passivo Circulante	2.126.211	1.280.972
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.784.227	946.883
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	60.065	55.076
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	83.269	82.137
2.01.04.01	Obrigações sociais	39.066	33.358
2.01.04.02	Obrigações fiscais	44.203	48.779
2.01.04.03	IR & CS Diferido	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	41.866	41.866
2.01.05.01	Dividendos propostos	41.866	41.866
2.01.06	Provisões	68.625	68.447
2.01.06.01	Provisões diversas - sociedades ligadas	826	895
2.01.06.02	Provisão para manutenção em rodovias	61.462	62.474
2.01.06.03	Provisão para investimento em rodovias	6.337	5.078
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	88.159	86.563
2.01.08.01	Outras contas a pagar	12.485	10.958
2.01.08.02	Cauções contratuais	20.080	20.411
2.01.08.03	Credores pela concessão	55.594	55.194
2.02	Passivo Não Circulante	535.821	1.335.460
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	535.821	1.335.460
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	37.286	847.050
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	157.090	147.376
2.02.01.03.01	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	7.760	7.368
2.02.01.03.02	Provisão para manutenção em rodovias	89.693	78.756
2.02.01.03.03	Provisão para investimentos em rodovias	59.637	61.252
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	341.445	341.034
2.02.01.06.01	Credores pela concessão	320.230	320.576
2.02.01.06.02	Receita diferida	113	452
2.02.01.06.03	IR & CS Diferido	18.858	17.765
2.02.01.06.04	Outras contas a pagar	2.244	2.241
2.02.01.06.05	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	913.990	851.182
2.05.01	Capital Social Realizado	549.083	549.083
2.05.02	Reservas de Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	387.178	324.370
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(22.271)	(22.271)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	504.169	504.169	458.048	458.048
3.02	Deduções da Receita Bruta	(34.626)	(34.626)	(22.638)	(22.638)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	469.543	469.543	435.410	435.410
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(290.501)	(290.501)	(343.649)	(343.649)
3.05	Resultado Bruto	179.042	179.042	91.761	91.761
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(84.244)	(84.244)	(61.064)	(61.064)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(35.314)	(35.314)	(30.624)	(30.624)
3.06.02.01	Gerais e administrativa	(30.898)	(30.898)	(25.729)	(25.729)
3.06.02.02	Remuneração da administração	(2.878)	(2.878)	(2.747)	(2.747)
3.06.02.03	Tributárias	(1.025)	(1.025)	(939)	(939)
3.06.02.04	Amortização do ágio em investimentos	(2.034)	(2.034)	(2.355)	(2.355)
3.06.02.05	Outras receitas operacionais, líquidas	1.521	1.521	1.146	1.146
3.06.03	Financeiras	(48.930)	(48.930)	(30.440)	(30.440)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	9.763	9.763	14.024	14.024
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	10.083	10.083	13.995	13.995
3.06.03.01.02	Varição Cambial	(320)	(320)	29	29
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(58.693)	(58.693)	(44.464)	(44.464)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	94.798	94.798	30.697	30.697
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	94.798	94.798	30.697	30.697
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(28.890)	(28.890)	(20.608)	(20.608)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.11	IR Diferido	(2.627)	(2.627)	8.223	8.223
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	63.281	63.281	18.312	18.312
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	68.889	68.889	68.889	68.889
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,91859	0,91859	0,26582	0,26582
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	144.237	144.237	28.940	28.940
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	112.607	112.607	80.536	80.536
4.01.01.01	Depreciações e Amortizações	37.813	37.813	28.719	28.719
4.01.01.02	Amortização de ágio em investimentos	2.034	2.034	2.355	2.355
4.01.01.03	Baixa Ativo imobilizado	254	254	8.815	8.815
4.01.01.04	IR e CS diferidos	2.627	2.627	(8.223)	(8.223)
4.01.01.05	Var. Monet. e juros s/ cred. pela conc.	13.649	13.649	1.400	1.400
4.01.01.06	Receita de Aplicações Financeiras Vinc.	0	0	0	0
4.01.01.07	Juros e var. monetarias de empréstimos	45.321	45.321	35.093	35.093
4.01.01.08	Despesas financeiras de AVP	1.739	1.739	2.449	2.449
4.01.01.09	Constit. Riscos cíveis, Trab. e Fiscais	392	392	681	681
4.01.01.10	Constit. de provisão para manutenção	8.778	8.778	9.247	9.247
4.01.01.11	Obrigações sociais	0	0	0	0
4.01.01.12	Obrigações fiscais	0	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(31.651)	(31.651)	(69.908)	(69.908)
4.01.02.01	Contas a receber	3.529	3.529	(837)	(837)
4.01.02.02	Estoques	(405)	(405)	110	110
4.01.02.03	Despesas antecipadas	(4.188)	(4.188)	(6.785)	(6.785)
4.01.02.04	Impostos a Recuperar	(660)	(660)	(2.136)	(2.136)
4.01.02.05	Outros Créditos	(1.409)	(1.409)	2.831	2.831
4.01.02.06	Contas a receber - sociedades ligadas	0	0	(6)	(6)
4.01.02.07	Cauções contratuais	1	1	(99)	(99)
4.01.02.08	Depósitos judiciais	(107)	(107)	(892)	(892)
4.01.02.09	Outros	12	12	25	25
4.01.02.10	Fornecedores	(13.051)	(13.051)	(39.585)	(39.585)
4.01.02.11	Obrigações sociais	5.708	5.708	2.745	2.745
4.01.02.12	Obrigações fiscais	23.581	23.581	(21.469)	(21.469)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01.02.13	Cauções contratuais	(331)	(331)	4.638	4.638
4.01.02.14	Receita diferida	(339)	(339)	(322)	(322)
4.01.02.15	Outras contas a pagar	1.530	1.530	(8.014)	(8.014)
4.01.02.16	Credores pela concessão	0	0	(112)	(112)
4.01.02.17	Pagamento de juros	(16.823)	(16.823)	0	0
4.01.02.18	Imposto de renda e contrib. social pagos	(28.630)	(28.630)	0	0
4.01.02.19	Fornecedores - Partes Relacionadas	(69)	(69)	0	0
4.01.03	Outros	63.281	63.281	18.312	18.312
4.01.03.01	Lucro líquido do período	63.281	63.281	18.312	18.312
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(113.558)	(113.558)	(238.306)	(238.306)
4.02.01	Aplicação Financeira Vinculada	(158)	(158)	0	0
4.02.02	Aquisições do ativo imobilizado	(7.171)	(7.171)	(2.715)	(2.715)
4.02.03	Adições ao intangível	(106.174)	(106.174)	(235.587)	(235.587)
4.02.04	Adiantamentos para novos projetos	(55)	(55)	(4)	(4)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(11.274)	(11.274)	339.210	339.210
4.03.01	Captações	70.082	70.082	425.004	425.004
4.03.02	Pagamentos	(67.761)	(67.761)	(21.467)	(21.467)
4.03.03	Pagamentos juros	0	0	(51.209)	(51.209)
4.03.04	Pagamentos de credores pela concessão	(13.595)	(13.595)	(13.118)	(13.118)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	19.405	19.405	129.844	129.844
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	442.192	442.192	116.284	116.284
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	461.597	461.597	246.128	246.128

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	549.083	0	0	324.370	0	(22.271)	851.182
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	549.083	0	0	324.370	0	(22.271)	851.182
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	63.281	0	63.281
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03.01	Retenção de lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	(473)	0	(473)
5.12.01	Lucro líquido do trimestre	0	0	0	0	0	0	0
5.12.02	Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	0	(473)	0	(473)
5.13	Saldo Final	549.083	0	0	324.370	62.808	(22.271)	913.990

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	549.083	0	0	324.370	0	(22.271)	851.182
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	549.083	0	0	324.370	0	(22.271)	851.182
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	63.281	0	63.281
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03.01	Retenção de lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	(473)	0	(473)
5.12.01	Lucro líquido do trimestre	0	0	0	0	0	0	0
5.12.02	Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	0	(473)	0	(473)
5.13	Saldo Final	549.083	0	0	324.370	62.808	(22.271)	913.990

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“Sociedade”) é domiciliada à Rua Joaquim Floriano, 913 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As Informações Trimestrais - ITR da Sociedade individuais e consolidadas relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009 abrangem a Sociedade e suas controladas, (conjuntamente referidas como “o Grupo OHL” e individualmente como “entidade do Grupo”). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral.
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios, de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, por meio de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi aprovada pela diretoria 10 de maio de 2011.

2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de março de 2010 e de 2009, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais, conforme demonstrado abaixo:

Concessionárias Estaduais

- Autovias S.A. (“Autovias”)

A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998 com o objetivo exclusivo de realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10.

A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais as principais já se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant’anna:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 2,8 e o km 48,35.
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77.

Na SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior:

- Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhanguera:

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km).

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari:

- Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o km 337.
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348.
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha:

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36.
- Implantação de vias marginais entre o km 30 e o km 35 do lado direito e entre o km 33 e o km 35 do lado esquerdo.

- Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Centrovias”)

A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis km 216,8 Pista Sul. Iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem – DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e Itirapina a Bauru.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 11/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais as principais já se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:

- Implantação da 2a pista no trecho compreendido entre o km 91 + 429 e o km 177 + 400.
- Implantação da 2a pista no trecho compreendido entre o km 183 + 850 e o km 235 + 040.
- Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Intervias”)

A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999 e iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, e São Carlos - Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, de serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028 (335 meses).

A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais as principais já se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191-Rodovia Wilson Finardi

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras

Adicionalmente e em decorrência do Termo Aditivo acima referido, a concessionária assumiu novos compromissos de obras que estão sendo realizadas e cujo cronograma resumido encontra-se no quadro consolidado de investimentos e manutenções apresentado abaixo.

- Vianorte S.A. (“Vianorte”)

A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP nº 009/CIC/97 - Lote 05 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP-330 Rodovia Anhanguera, SP-322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira,

SP-328 Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto e SP-325/322 Avenida dos Bandeirantes.

A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

SP 322 Rodovia Atílio Balbo / Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343+500 e o km 390+500 - Sertãozinho / Bebedouro.
- Duplicação do trecho entre o km 307+500 e o km 325+910 - Contorno Viário Sul.
- Construção de dispositivos de acessos/retornos.
- Construção de passarelas entre o km 334+860 e o km 337+790 - Sertãozinho.
- Construção de marginais entre o km 333+160 e o km 343+480.
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 km 325+910 (entroncamento).
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345+100.

SP 330 Rodovia Anhangüera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra.
- Construção do posto de suporte ao usuário em Orlândia no km 366+150.
- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319+650.

Em decorrência desses contratos de concessões, as Concessionárias Estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível, como direito da outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica “credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 19, respectivamente.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão

será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados abaixo, a valores de

31 de março de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>Autovias Previsão de 2011 a 2018</u>	<u>Centrovias Previsão de 2011 a 2019</u>	<u>Intervias Previsão de 2011 a 2028</u>	<u>Vianorte Previsão de 2011 a 2018</u>	<u>Total</u>
Melhorias na infraestrutura	86.116	65.137	419.738	53.826	624.817
Conserva especial	<u>269.818</u>	<u>209.343</u>	<u>324.206</u>	<u>228.747</u>	<u>1.032.114</u>
	<u>355.934</u>	<u>274.480</u>	<u>743.944</u>	<u>282.573</u>	<u>1.656.931</u>

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - Serão registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Concessionárias Federais

- Autopista Planalto Sul S.A. (“Planalto Sul”)

A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschow, nº 4.040 - Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia.
 - 48,3 km de terceira faixa.
 - 10,2 km de vias laterais.
 - Construção de nove passarelas.
 - Construção de cinco praças de pedágio.
 - Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário.
 - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
 - Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fluminense S.A. (“Fluminense”)

A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, nº 100 - Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 - RJ. A

concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação da rodovia.
 - 3,8 km de vias laterais.
 - 28,3 km de variantes e contornos.
 - Construção de 17 passarelas.
 - Construção de 5 praças de pedágio.
 - Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário.
 - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
 - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fernão Dias S.A. (“Fernão Dias”)

A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR381, km 850,5 Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381-MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, de conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, pelo prazo de 25 anos, contado a partir de 15/02/08, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 - MG. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
- 94,16 km de vias laterais.
- 10,3 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 bases de serviços de atendimento ao usuário.

- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Régis Bittencourt”)

A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 104,9 km de terceira faixa.
- 109,6 km de vias laterais.
- 23,6 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 Bases de Serviço Operacional - BSO.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Litoral Sul S.A. (“Litoral Sul”)

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógenas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário

BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro para Fluminense e Litoral Sul e no mês de dezembro para a Planalto Sul, a Fernão Dias e a Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias

federais não pagarão ao poder concedente pelo direito de exploração dos lotes mencionados nenhum ônus fixo e/ou variável pelo direito de concessão.

Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são:

- Recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor anual</u>	<u>Valor no período da concessão</u>
Planalto Sul	1.846	46.143
Fluminense	2.665	66.630
Fernão Dias	8.917	204.325
Régis Bittencourt	8.436	210.900
Litoral Sul	<u>6.424</u>	<u>160.595</u>
	<u>28.288</u>	<u>688.593</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- As concessionárias federais devem assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais. Sendo de responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- As concessionárias federais assumem integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- As concessionárias federais assumem integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- As concessionárias federais assumem integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.

- Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. O pedido de registro de sociedade por ações de capital aberto foi concedido pela CVM em 29 de março de 2010.
- As concessionárias federais devem apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados abaixo, a valores de 31 de março de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Previsão 2011 a 2033

<u>Natureza dos custos</u>	<u>Planalto</u> <u>Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Fernão</u> <u>Dias</u>	<u>Régis</u> <u>Bittencourt</u>	<u>Litoral Sul</u>	<u>Total</u>
Melhorias na infraestrutura	286.974	657.660	467.639	1.117.352	795.088	3.324.713
Recuperações/Manutenções	<u>434.553</u>	<u>406.345</u>	<u>788.308</u>	<u>702.408</u>	<u>649.919</u>	<u>2.981.533</u>
Total	<u>721.527</u>	<u>1.064.005</u>	<u>1.255.947</u>	<u>1.819.760</u>	<u>1.445.007</u>	<u>6.306.246</u>

Referidas estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

Elaboramos as informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações trimestrais individuais da Controladora apresentam, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial e a manutenção dos efeitos

da amortização do ativo diferido existente na data de transição para as IFRS. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo e o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido.

3.2. Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das informações trimestrais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A

Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação destes serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras das empresas do Grupo OHL. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. . PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009, com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC.

As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade e suas Controladas na elaboração das informações trimestrais são:

4.1. Base de consolidação

Combinações de negócios

Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009:

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Sociedade mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente como resultado do período.

Para cada combinação de negócios a Sociedade escolhe se irá mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo ou pela sua proporcionalidade sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação incorridos em uma combinação de negócios, que não sejam associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2010 não houve transações qualificadas como combinação de negócios.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009:

Como parte da transição para as IFRS e os CPC a Sociedade optou por não reapresentar as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos no item 4.5.

Princípios de consolidação

As informações trimestrais consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas onde a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante e que estão apresentadas a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas.

A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

<u>Controlada</u>	<u>País</u>	<u>Capital total/votante</u>	
		<u>31/03/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Autovias	Brasil	100%	100%
Centrovias	Brasil	100%	100%
Intervias	Brasil	100%	100%
Vianorte (indiretamente)	Brasil	100%	100%
Planalto Sul	Brasil	100%	100%
Fluminense	Brasil	100%	100%
Fernão Dias	Brasil	100%	100%
Régis Bittencourt	Brasil	100%	100%
Litoral Sul	Brasil	100%	100%
Latina Manutenção (a)	Brasil	100%	100%
Paulista (b)	Brasil	100%	100%
Latina Sinalização (c)	Brasil	100%	100%
SPR (d)	Brasil	100%	100%

- (a) A Latina Manutenção constituída em 2005 é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.

- (b) A Paulista constituída em 2005 é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de fiscalização e administração de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.
- (c) A Latina Sinalização constituída em 2008 domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 tem por objetivo a prestação de serviços de implantação e de sinalização viária e serviços correlatos. As operações da Latina Sinalização iniciaram-se durante o primeiro trimestre de 2009.
- (d) A SPR - Sociedade para Participações em rodovias S.A. (“SPR”), domiciliada à rua Joaquim Floriano, 913 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objetivo a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou cotista, bem como o exercício de quaisquer atividades relacionadas com seu objeto social, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A SPR tem participação de 100% do capital social e votante da Vianorte.

A Sociedade possui também 4,68% do capital da STP - Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágio em âmbito nacional e é registrada pelo custo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, bem como os principais compromissos e outras informações, estão divulgados na nota explicativa nº 2.

4.2. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 a Sociedade possuía instrumentos financeiros classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os saldos destes ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas, são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição.

b) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas informações trimestrais. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Devido aos ativos não terem saldos relevantes, a Sociedade não adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado pela utilização da prática do custo atribuído (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - “Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - “Ativo Imobilizado” e da ICPC 10.

Adicionalmente, os efeitos da depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação da ICPC 10, foram revisados para o período iniciado em 1º de janeiro de 2010 e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente,

não há efeitos registrados para o encerramento das informações trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010 e de 2009.

4.4. Ativo diferido

O Pronunciamento CPC 43 (R1), determina que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, estes saldos foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas para ajustá-las às normas internacionais (IFRS).

4.5. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu um ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas informações trimestrais consolidadas e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção de curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda, se houver. Por se tratar basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o mesmo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.7. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.8. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº19.

As controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte ajustam a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados à época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, onde está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

4.9. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do trimestre. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado individual, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do trimestre.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme nota explicativa nº 9.

4.10. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para

arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.11. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 20.

4.12. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009, e em 1º de janeiro de 2009, os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente

às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

- Provisão para manutenção: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados pela aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Credores da Concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados pela aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos nominais a valor presente de passivos, circulante e não circulante nas datas dos balanços estão demonstrados abaixo:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Provisão para investimentos - nominal	6.481	5.217	6.603
Provisão para investimentos a valor presente	<u>6.337</u>	<u>5.078</u>	<u>6.405</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>144</u>	<u>139</u>	<u>198</u>
Provisão para manutenção - nominal	62.925	64.152	53.807
Provisão para manutenção a valor presente	<u>61.462</u>	<u>62.474</u>	<u>52.401</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.463</u>	<u>1.678</u>	<u>1.406</u>
Credores pela concessão - nominal (*)	57.674	56.600	55.879
Credores pela concessão a valor presente (*)	<u>55.594</u>	<u>55.194</u>	<u>54.533</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>2.080</u>	<u>1.406</u>	<u>1.346</u>

<u>Não circulantes</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Provisão para investimentos - nominal	66.668	68.286	76.609
Provisão para investimentos a valor presente	<u>59.636</u>	<u>61.253</u>	<u>65.550</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>7.032</u>	<u>7.033</u>	<u>11.059</u>
Provisão para manutenção - nominal	107.073	92.986	87.491
Provisão para manutenção a valor presente	<u>89.693</u>	<u>78.755</u>	<u>78.121</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>17.380</u>	<u>14.231</u>	<u>9.370</u>
Credores pela concessão - nominal	399.884	402.603	464.631
Credores pela concessão a valor presente	<u>320.230</u>	<u>320.576</u>	<u>361.660</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>79.654</u>	<u>82.027</u>	<u>102.971</u>

(*) Inclui a parcela variável.

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do trimestre.

4.13. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando o Grupo OHL presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Estas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.14. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.15. Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos é de pagamento de juros sobre o capital próprio, cuja somatória estiver incluída na parcela equivalente ao

dividendo mínimo obrigatório, é registrada como um passivo na rubrica “Dividendos Propostos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.

4.16. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido pela diretoria da Administração da Sociedade.

4.17. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

A Sociedade não adotou as IFRS a seguir, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e ainda não editadas no Brasil pelo CPC.

As principais modificações e expectativas da Administração estão descritas abaixo:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A Administração espera que a adoção desta norma não tenha efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos ativos e passivos financeiros da Sociedade. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada uma revisão detalhada de sua aplicação.

IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) aumenta as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido, porém se o transferidor retém certo nível de exposição o item continua em seu ativo. As modificações requerem ainda

divulgações nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período.

A Administração não espera que essas modificações tenham um efeito relevante sobre as divulgações da Sociedade relacionadas a transferências de contas a receber anteriormente executadas. No entanto, caso a Sociedade realize outros tipos de transferência de ativos financeiros no futuro, as divulgações relacionadas a essas transferências poderão ser impactadas.

IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) - aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, a Sociedade não celebrou nenhum acordo que se enquadraria no escopo das modificações. No entanto, caso a Sociedade adquira direitos dentro do escopo das modificações em períodos contábeis futuros, as modificações na IAS 32 e CPC 39 terão efeito sobre a classificação desses direitos.

Modificação da IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes) - em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - *Income Taxes* denominada “*Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar seu valor contábil através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - *Investment Property*, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda.

A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC-21 - *Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets* não será mais aplicável às propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente nos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

IFRS 1: eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRS - em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 1 - *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* que trata da eliminação de datas fixas para sua adoção inicial. As modificações substituem a data fixa de 1º de janeiro de 2004 para uma data de transição, de forma que a adoção inicial das IFRS não tenha aplicação dos requerimentos de baixa da IAS 39 retrospectivamente. A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS, novas e revisadas, apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM em manter atualizado o conjunto de normas

emitido no Brasil com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

5. ADOÇÃO INICIAL DAS ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS) CONFORME EMITIDAS PELO IASB

5.1. Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas (identificadas como Consolidado), para o trimestre findo em 31 de março de 2010, são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Sociedade aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Sociedade aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas abaixo.

O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma:

- (i) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: considerando as características e os valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica “Ativo imobilizado”, a Sociedade entende que os valores atribuídos a essa classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, optou pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos.

	Saldo originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldo <u>ajustados</u>
<u>ATIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	116.284	-	116.284
Contas a receber	38.449	-	38.449
Contas a receber - partes relacionadas	87	-	87
Estoques	3.390	-	3.390

Despesas antecipadas	4.771	-	4.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.222	(5.222)	-
Impostos a recuperar	11.875	-	11.875
Adiantamentos para novos projetos	247	-	247
Outros créditos	4.957	-	4.957
Total dos ativos circulantes	<u>185.282</u>	<u>(5.222)</u>	<u>180.060</u>
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	5.036	-	5.036
Impostos a recuperar	1.717	-	1.717
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.001	51.795	59.796
Depósitos judiciais	4.772	-	4.772
Outras contas a receber	146	-	146
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	-	1.053
Imobilizado	1.817.522	(1.795.817)	21.705
Intangível	376.236	1.962.019	2.338.255
Diferido	<u>158.507</u>	<u>(158.507)</u>	-
Total dos ativos não circulantes	<u>2.372.990</u>	<u>59.490</u>	<u>2.432.480</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u><u>2.558.272</u></u>	<u><u>54.268</u></u>	<u><u>2.612.540</u></u>

(ii) Mensuração de combinações de negócios: a Sociedade optou por não remensurar combinações de negócios ocorridas antes da data de transição para os novos pronunciamentos.

(iii) Transição de contabilização para contratos de concessão: a aplicação retrospectiva foi adotada para os seguintes contratos de concessão: Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul. Dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, as medidas de transição previstas no IFRS1 e ICPC01 foram adotadas de forma prospectiva para os seguintes contratos de concessão: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

Exceção das estimativas

A Sociedade aplicou a exceção obrigatória de adoção retroativa dos IFRSs referente a estimativas. As estimativas utilizadas na preparação das informações trimestrais de acordo com o novo padrão contábil em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas realizadas para essas mesmas datas em conformidade com o BR GAAP anterior.

Os principais efeitos produzidos nas informações trimestrais consolidadas pela aplicação do ICPC-01 foram:

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no balanço consolidado de abertura de 1º de janeiro de 2009

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	101.646	-	101.646
Fornecedores	124.662	-	124.662
Obrigações sociais	20.921	-	20.921
Obrigações fiscais	54.919	-	54.919
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.576	(4.576)	-
Contas a pagar - partes relacionadas	978	-	978
Cauções contratuais	24.944	-	24.944
Dividendos propostos	25.041	-	25.041
Credores pela concessão	54.533	-	54.533
Provisão para manutenção em rodovias	-	52.401	52.401
Provisão para investimentos em rodovias	-	6.405	6.405
Outras contas a pagar	<u>22.473</u>	<u>-</u>	<u>22.473</u>
Total dos passivos circulantes	<u>434.693</u>	<u>54.230</u>	<u>488.923</u>
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	935.070	-	935.070
Credores pela concessão	361.660	-	361.660
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.495	-	3.495
Receita diferida	429	-	429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.022	4.564	13.586
Provisão para manutenção em rodovias	-	78.121	78.121
Provisão para investimentos em rodovias	-	65.550	65.550
Outras contas a pagar	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>10</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>1.309.686</u>	<u>148.235</u>	<u>1.457.921</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	287.081	(148.197)	138.884
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>813.893</u>	<u>(148.197)</u>	<u>665.696</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u><u>2.558.272</u></u>	<u><u>54.268</u></u>	<u><u>2.612.540</u></u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no balanço consolidado de
31 de dezembro de 2009

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
<u>ATIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	442.192	-	442.192
Contas a receber	64.141	-	64.141
Contas a receber - partes relacionadas	87	-	87
Estoques	2.279	-	2.279
Despesas antecipadas	6.762	-	6.762
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.868	(5.868)	-
Impostos a recuperar	13.550	-	13.550
Adiantamentos para novos projetos	256	-	256
Outros créditos	<u>2.977</u>	-	<u>2.977</u>
Total dos ativos circulantes	<u>538.112</u>	<u>(5.868)</u>	<u>532.244</u>
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	5.298	-	5.298
Impostos a recuperar	1.699	-	1.699
Despesas antecipadas	510	-	510
Cauções contratuais	98	-	98
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.089	47.441	61.530
Depósitos judiciais	10.660	-	10.660
Outras contas a receber	72	-	72
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	-	1.053
Imobilizado	2.298.276	(2.270.605)	27.671
Intangível	342.077	2.484.702	2.826.779
Diferido	<u>138.914</u>	<u>(138.914)</u>	-
Total dos ativos não circulantes	<u>2.812.746</u>	<u>122.624</u>	<u>2.935.370</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>3.350.858</u>	<u>116.756</u>	<u>3.467.614</u>

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	946.883	-	946.883
Fornecedores	55.076	-	55.076
Obrigações sociais	33.358	-	33.358
Obrigações fiscais	48.779	-	48.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.057	(1.057)	-
Contas a pagar - partes relacionadas	895	-	895
Cauções contratuais	20.411	-	20.411
Dividendos propostos	41.866	-	41.866
Credores pela concessão	55.194	-	55.194
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	7.264	(7.264)	-
Provisão para manutenção em rodovias	-	62.474	62.474
Provisão para investimentos em rodovias	-	5.078	5.078
Outras contas a pagar	<u>10.958</u>	<u>-</u>	<u>10.958</u>
Total dos passivos circulantes	<u>1.221.741</u>	<u>59.231</u>	<u>1.280.972</u>
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	847.050	-	847.050
Credores pela concessão	320.576	-	320.576
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	104	7.264	7.368
Receita diferida	452	-	452
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.389	7.376	17.765
Provisão para manutenção em rodovias	-	78.756	78.756
Provisão para investimentos em rodovias	-	61.252	61.252
Outras contas a pagar	<u>2.241</u>	<u>-</u>	<u>2.241</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>1.180.812</u>	<u>154.648</u>	<u>1.335.460</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	421.493	(97.123)	324.370
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>948.305</u>	<u>(97.123)</u>	<u>851.182</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido	<u>3.350.858</u>	<u>116.756</u>	<u>3.467.614</u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no balanço consolidado de
31 de março de 2010

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
<u>ATIVOS</u>			
Total dos ativos circulantes	554.912	-	554.912
<u>NÃO CIRCULANTES</u>			
Aplicações financeiras vinculadas	5.456	-	5.456
Impostos a recuperar	1.653	-	1.653
Despesas antecipadas	481	-	481
Cauções contratuais	97	-	97
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.667	40.329	59.996
Depósitos judiciais	10.767	-	10.767
Outras contas a receber	60	-	60
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	-	1.053
Imobilizado	2.379.830	(2.347.628)	32.202
Intangível	332.629	2.576.716	2.909.345
Diferido	<u>135.471</u>	<u>(135.471)</u>	<u>-</u>
Total dos ativos não circulantes	2.887.164	133.946	3.021.110
TOTAL DOS ATIVOS	<u>3.442.076</u>	<u>133.946</u>	<u>3.576.022</u>
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
<u>CIRCULANTES</u>			
Empréstimos e financiamentos	1.784.227	-	1.784.227
Fornecedores	60.065	-	60.065
Obrigações sociais	39.066	-	39.066
Obrigações fiscais	44.203	-	44.203
Contas a pagar - partes relacionadas	826	-	826
Cauções contratuais	20.080	-	20.080
Dividendos propostos	41.866	-	41.866
Credores pela concessão	55.594	-	55.594
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	7.656	(7.656)	-
Provisão para manutenção em rodovias	-	61.462	61.462
Provisão para investimentos em rodovias	-	6.337	6.337
Outras contas a pagar	<u>12.485</u>	<u>-</u>	<u>12.485</u>
Total dos passivos circulantes	<u>2.066.068</u>	<u>60.143</u>	<u>2.126.211</u>
<u>NÃO CIRCULANTES</u>			
Empréstimos e financiamentos	37.286	-	37.286
Credores pela concessão	320.230	-	320.230
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	104	7.656	7.760
Receita diferida	113	-	113
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.813	7.045	18.858
Provisão para manutenção em rodovias	-	89.693	89.693
Provisão para investimentos em rodovias	-	59.637	59.637
Outras contas a pagar	<u>2.244</u>	<u>-</u>	<u>2.244</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>371.790</u>	<u>164.031</u>	<u>535.821</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	477.406	(90.228)	387.178

Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	1.004.218	(90.228)	913.990
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>3.442.076</u>	<u>133.946</u>	<u>3.576.022</u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no patrimônio líquido consolidado em 31 de março de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	<u>1.004.218</u>	<u>948.305</u>	<u>813.893</u>
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:			
Mudança de critério da amortização de investimentos	155.887	121.456	(1.267)
Amortização de intangível de obras que não geram potencial de receita adicional	(3.239)	(2.560)	(1.116)
Provisão para manutenção de rodovias	(232.969)	(206.531)	(128.708)
Despesa financeira decorrente de ajustes a valor presente	(17.169)	(15.690)	(6.014)
Estorno de capitalização de Juros	(405)	(345)	(33)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado dos ajustes	33.282	35.212	46.623
Baixa do ativo diferido líquida	(128.039)	(131.482)	(143.015)
Estorno da reversão dos lucros não realizados	<u>102.424</u>	<u>102.817</u>	<u>85.333</u>
Total dos ajustes	<u>(90.228)</u>	<u>(97.123)</u>	<u>(148.197)</u>
Patrimônio líquido ajustado pela aplicação do IFRS	<u><u>913.990</u></u>	<u><u>851.182</u></u>	<u><u>665.696</u></u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no resultado do trimestre consolidado em 31 de março de 2009

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
RECEITA	<u>217.919</u>	<u>217.491</u>	<u>435.410</u>
Custo dos serviços prestados	(152.435)	(15.460)	(136.975)
Custo dos serviços de construção	-	(206.674)	(206.674)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTOS LÍQUIDOS DE SERVIÇOS	<u>(152.435)</u>	<u>(191.214)</u>	<u>(343.649)</u>
OUTRAS RECEITAS			
LUCRO BRUTO	<u>65.484</u>	<u>26.277</u>	<u>91.761</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	(23.739)	(1.990)	(25.729)
Remuneração da Administração	(2.578)	(169)	(2.747)
Tributárias	(939)	-	(939)
Amortização do ágio em investimentos	(2.355)	-	(2.355)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.146	-	1.146
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>37.019</u>	<u>24.118</u>	<u>61.137</u>
Receitas financeiras	13.979	16	13.995
Despesas financeiras	(41.905)	(2.559)	(44.464)
Variação cambial, líquida	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>29</u>
	<u>(27.897)</u>	<u>(2.543)</u>	<u>(30.440)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.122	21.575	30.697
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	(17.643)	(2.925)	(20.568)
Diferidos	12.464	(4.281)	8.183
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	<u>3.943</u>	<u>14.369</u>	<u>18.312</u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no resultado do trimestre consolidado em 31 de março de 2010

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
RECEITAS	<u>336.477</u>	<u>133.066</u>	<u>469.543</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS		-	
Custo dos serviços prestados	(173.800)	4.626	(169.174)
Custo dos serviços de construção	-	(121.327)	(121.327)
CUSTOS LÍQUIDOS DE SERVIÇOS	<u>(173.800)</u>	<u>(116.701)</u>	<u>(290.501)</u>
LUCRO BRUTO	<u>162.677</u>	<u>16.365</u>	<u>179.042</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		-	
Gerais e administrativas	(28.278)	(2.620)	(30.898)
Remuneração da Administração	(2.509)	(369)	(2.878)
Tributárias	(1.025)	-	(1.025)
Amortização do ágio em investimentos	(2.034)		(2.034)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.521	-	1.521
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>130.352</u>	<u>13.376</u>	<u>143.728</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	10.083	-	10.083
Despesas financeiras	(56.394)	(2.299)	(58.693)
Variação cambial, líquida	<u>8</u>	<u>(328)</u>	<u>(320)</u>
	<u>(46.303)</u>	<u>(2.627)</u>	<u>(48.930)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	84.049	10.749	94.798
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	(27.602)	-	(27.602)
Diferidos	(56)	(3.859)	(3.915)
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	<u>56.391</u>	<u>6.890</u>	<u>63.281</u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC na demonstração consolidada dos fluxos de caixa

	Em 31.03.2010 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Saldos		
	originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Fluxo de caixa das atividades operacionais	179.308	(35.177)	144.131
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(131.806)	18.354	(113.452)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(28.097)	16.823	(11.274)

Notas sobre as reconciliações apresentadas acima:

ICPC 01 e OCPC05 (equivalente ao IFRIC 12) - Contratos de Concessão:

A partir de 01 de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 01 de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Sociedade adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão às previsões da interpretação ICPC-01 emitida pelo CPC. Essa Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

As disposições do ICPC 01 foram aplicadas retrospectivamente para os seguintes contratos de concessão: Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul, recalculando os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período antigo utilizado para fins comparativos) e atribuindo os efeitos nos componentes do patrimônio líquido.

Dada à impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, as medidas de transição previstas no IFRS 1 e ICPC 01 foram adotadas prospectivamente para os seguintes contratos de concessão: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

Adicionalmente os contratos de concessão da Sociedade estão classificados no modelo de ativo intangível.

5.2. Informações trimestrais individuais

Na preparação das suas informações trimestrais individuais (identificadas como Controladora), a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Manutenção do ativo diferido na informações trimestrais individuais: O caráter temporário da manutenção de saldo em conta do ativo diferido no grupo de intangível, procedimento esse permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº.

11.638/07 e nº. 11.941/08 foi revogado na versão revisada do Pronunciamento CPC 43 (R1), onde se incluiu a determinação de que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, o efeito da manutenção desses saldos (de ativos diferidos) foi mantido nas informações trimestrais individuais. Entretanto, os efeitos dos ativos diferidos foram totalmente eliminados nas informações trimestrais consolidadas para que se alcance a plena convergência com as normas internacionais nessas informações trimestrais consolidadas.

Exceto pelos efeitos da manutenção dos efeitos do ativo diferido descritos no parágrafo anterior, a Sociedade aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas informações trimestrais individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 2 acima.

Os principais efeitos produzidos nas informações trimestrais da controladora pela aplicação do ICPC-01 foram:

Efeitos na adoção dos CPC no balanço da controladora de abertura de
1º de janeiro de 2009

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
<u>ATIVOS</u>			
Total dos ativos circulantes	<u>27.729</u>	<u>-</u>	<u>27.729</u>
NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber - partes relacionadas	424.041	-	424.041
Depósitos judiciais	3.106	-	3.106
Outras contas a receber	116	-	116
Investimentos em controladas e coligadas	751.430	(5.182)	746.248
Imobilizado	3.771	-	3.771
Intangível	<u>231</u>	<u>-</u>	<u>231</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>1.182.695</u>	<u>(5.182)</u>	<u>1.177.513</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>1.210.424</u>	<u>(5.182)</u>	<u>1.205.242</u>
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Total dos passivos circulantes	<u>30.703</u>	<u>-</u>	<u>30.703</u>
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	<u>365.828</u>	<u>-</u>	<u>365.828</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>365.828</u>	<u>-</u>	<u>365.828</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	287.081	(5.182)	281.899
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>813.893</u>	<u>(5.182)</u>	<u>808.711</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.210.424</u>	<u>(5.182)</u>	<u>1.205.242</u>

Efeitos na adoção dos CPC no balanço controladora de 31 de dezembro de
2009:

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
<u>ATIVOS</u>			

Total dos ativos circulantes	92.798	-	92.798
NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber - partes relacionadas	416.000	-	416.000
Cauções contratuais	83	-	83
Depósitos judiciais	3.717	-	3.717
Outras contas a receber	72	-	72
Investimentos em controladas e coligadas	880.123	34.359	914.482
Imobilizado	4.642	-	4.642
Intangível	325	-	325
Total dos ativos não circulantes	1.304.962	34.359	1.339.321
TOTAL DOS ATIVOS	<u>1.397.760</u>	<u>34.359</u>	<u>1.432.119</u>
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Total dos passivos circulantes	93.455	-	93.455
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	<u>356.000</u>	-	<u>356.000</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>356.000</u>	-	<u>356.000</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	421.493	34.359	455.852
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial no capital	<u>(22.271)</u>	-	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	948.305	34.359	982.664
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.397.760</u>	<u>34.359</u>	<u>1.432.119</u>

Efeitos na adoção dos CPC no balanço controladora de 31 de março de 2010

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
<u>ATIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	<u>99.312</u>	<u>-</u>	<u>99.312</u>
NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber - partes relacionadas	416.000	-	416.000
Cauções contratuais	83	-	83
Depósitos judiciais	3.777	-	3.777
Outras contas a receber	60	-	60
Investimentos em controladas e coligadas	938.481	37.807	976.288
Imobilizado	5.058	-	5.058
Intangível	<u>344</u>	<u>-</u>	<u>344</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>1.363.803</u>	<u>37.807</u>	<u>1.401.610</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>1.463.115</u>	<u>37.807</u>	<u>1.500.922</u>
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos - sociedades ligadas	-	52.343	52.343
Fornecedores	312	-	312
Obrigações sociais	4.946	-	4.946
Obrigações fiscais	2.393	-	2.393
Contas a pagar - partes relacionadas	53.169	(52.343)	826
Cauções contratuais	13	-	13
Dividendos propostos	41.866	-	41.866
Outras contas a pagar	<u>198</u>	<u>(2)</u>	<u>196</u>
Total dos passivos circulantes	<u>102.897</u>	<u>(2)</u>	<u>102.895</u>
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos - sociedades ligadas	<u>356.000</u>	<u>-</u>	<u>356.000</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>356.000</u>	<u>-</u>	<u>356.000</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	477.406	37.809	515.215
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.004.218</u>	<u>37.809</u>	<u>1.042.027</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.463.115</u>	<u>37.809</u>	<u>1.500.922</u>

Efeitos na adoção dos CPC no patrimônio líquido controladora em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	1.004.218	948.305	813.893
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:			
Ajuste na equivalência patrimonial pela mudança de critério contábil	(64.613)	(68.458)	(90.515)
Estorno da reversão dos lucros não realizados	102.424	102.817	85.333
Total dos ajustes	<u>37.811</u>	<u>34.359</u>	<u>(5.182)</u>
Patrimônio líquido ajustado pela aplicação do IFRS	<u>1.042.029</u>	<u>982.664</u>	<u>808.711</u>

Efeitos na adoção dos CPC no resultado do trimestre da controladora em 31 de março de 2009

OUTRAS RECEITAS			
Equivalência patrimonial	7.319	12.805	20.124
LUCRO BRUTO	<u>7.319</u>	<u>12.805</u>	<u>20.124</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	(3.549)	-	(3.549)
Remuneração da Administração	(958)	-	(958)
Tributárias	(606)	-	(606)
Amortização do ágio em investimentos	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	1.033	-	1.033
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>3.239</u>	<u>12.805</u>	<u>16.044</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	13.676	-	13.676
Despesas financeiras	(12.294)	-	(12.294)
Variação cambial, líquida	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>29</u>
	1.411	-	1.411
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>4.650</u>	<u>12.805</u>	<u>17.455</u>
Correntes	(707)	-	(707)
Diferidos	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	<u>3.943</u>	<u>12.805</u>	<u>16.748</u>

Efeitos na adoção dos CPC no resultado do trimestre da controladora em 31 de março de 2010

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
OUTRAS RECEITAS		-	
Equivalência patrimonial	60.043	3.446	63.489
	<u>60.043</u>	<u>3.446</u>	<u>63.489</u>
LUCRO BRUTO		-	
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		-	
Gerais e administrativas	(3.621)	-	(3.621)
Remuneração da Administração	(1.355)	-	(1.355)
Tributárias	(654)	-	(654)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.196	-	1.196
	<u>55.609</u>	<u>3.446</u>	<u>59.055</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		-	
RESULTADO FINANCEIRO		-	
Receitas financeiras	10.978	-	10.978
Despesas financeiras	(9.139)	-	(9.139)
Variação cambial, líquida	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>9</u>
	1.848	-	1.848
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	57.457	3.446	60.903
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	(1.066)	-	(1.066)
	<u>56.391</u>	<u>3.446</u>	<u>59.837</u>
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE			

Efeitos na adoção dos CPC na demonstração dos fluxos de caixa da controladora

Em 31 de março de 2011 não ocorreram alterações nas movimentações do fluxo de caixa entre as atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.

Exceto pela manutenção do saldo do ativo diferido, como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a sociedade optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Abaixo apresentamos reconciliação do patrimônio líquido da controladora e consolidado:

Controladora

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido controladora:	1.042.029	982.664	808.711
Ativo diferido	<u>(128.039)</u>	<u>(131.482)</u>	<u>(143.015)</u>
Patrimônio líquido consolidado	<u>913.990</u>	<u>851.182</u>	<u>665.696</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representadas por:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Caixa e contas bancárias	908	1.061	765	29.982	20.379	42.827
Aplicações financeiras (*)	<u>13.615</u>	<u>10.957</u>	<u>4.567</u>	<u>431.615</u>	<u>421.813</u>	<u>73.457</u>
Total	<u>14.523</u>	<u>12.018</u>	<u>5.332</u>	<u>461.597</u>	<u>442.192</u>	<u>116.284</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Certificado de depósito bancário - CDB	13.615	10.957	4.567	410.762	361.856	44.526
Debêntures	-	-	-	-	36.989	27.263
Fundos de investimentos	-	-	-	<u>20.853</u>	<u>22.968</u>	<u>1.668</u>
Total	<u>13.615</u>	<u>10.957</u>	<u>4.567</u>	<u>431.615</u>	<u>421.813</u>	<u>73.457</u>

7. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado		
	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Receitas acessórias a receber	1.288	538	403
Pedágio eletrônico a receber	53.864	57.759	35.100
Cupons de pedágio a receber	3.675	4.117	1.768
Cartões de pedágio a receber	1.476	1.070	-
Arrecadação de cartão de crédito	285	-	281
Outras	<u>24</u>	<u>657</u>	<u>897</u>
	<u>60.612</u>	<u>64.141</u>	<u>38.449</u>

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificaram a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Seguros	25	31	34	8.970	6.470	4.771
Adiantamento a fornecedores	95	102	-	363	790	-
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.127</u>	<u>12</u>	<u>-</u>
	<u>120</u>	<u>133</u>	<u>34</u>	<u>11.460</u>	<u>7.272</u>	<u>4.771</u>
Circulante	120	133	34	10.979	6.762	4.771
Não circulante	-	-	-	481	510	-

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Diferenças temporárias-			
Bases do ativo diferido:			
Prejuízo fiscal (a)	27.553	24.621	132
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	7.518	6.883	1.667
Direito de concessão incorporado (c)	14.751	17.700	29.506
Mudança de prática contábil (d)	7.634	8.741	3.929
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (g):			
Provisão para manutenção	143.254	135.805	130.554
Provisão para investimentos	1.710	5.459	7.579
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	(31.054)	(22.365)	589
Ajuste dos encargos financeiros	5.094	4.128	1.914
Base de cálculo	176.460	180.972	175.870
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo não circulante	59.996	61.530	59.796
Bases do passivo diferido:			
Ajustes de leasing financeiro	198	194	129
Ajuste ao valor presente do registro da outorga (e)	21.530	21.935	28.173
Amortização do direito de outorga incorporado (f)	12.665	10.132	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (g):			
Provisão para manutenção de rodovias	(7.368)	(5.182)	-
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	31.323	26.568	187
Ajuste dos encargos financeiros	(2.882)	(1.397)	11.470
Base de cálculo	55.466	52.250	39.959
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo não circulante	<u>18.858</u>	<u>17.765</u>	<u>13.586</u>

- (a) Referem-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros limitados ao prazo de 10 anos de realização, conforme instrução CVM n° 371, de 27 de junho de 2002.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Crédito do imposto de renda e contribuição social decorrente do direito de concessão incorporado, registrado até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.

- (d) Mudança de prática contábil relacionada à adoção do ajuste a valor presente sobre obrigações com o Poder Concedente.
- (e) Sobre o ajuste a valor presente do direito de outorga, conforme a nota explicativa nº 19.
- (f) Crédito do imposto de renda e de contribuição social, decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (g) Imposto de renda e contribuição social diferidos calculados com base na alíquota de 34% sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelo IFRS.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e débitos tributários diferidos, indicada pelas previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variações de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

<u>Período a findar-se em</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2010	4.126	419
2011	8.414	1.218
2012	4.923	1.256
2013	4.906	1.253
2014	5.062	1.260
Acima de 2014	<u>32.565</u>	<u>13.452</u>
	<u>59.996</u>	<u>18.858</u>

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Imposto de renda e contribuição social	6.223	8.626	-	8.595	11.138	1.780
IRRF sobre aplicações financeiras	117	46	1.469	3.519	3.449	2.914
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	1.040	42	3.296	1.040	42	3.296
IRRF sobre mútuo	1.566	-	1.662	2.006	57	1.662
PIS e COFINS a recuperar	-	-	6	604	374	1.885
IRRF sobre serviços de terceiros	-	-	-	2	6	2.039
Outros impostos a recuperar	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>143</u>	<u>183</u>	<u>16</u>
Total	<u>8.952</u>	<u>8.720</u>	<u>6.439</u>	<u>15.909</u>	<u>15.249</u>	<u>13.592</u>
Circulante	8.952	8.720	6.439	14.256	13.550	11.875
Não circulante	-	-	-	1.653	1.699	1.717

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Informações trimestrais individuais – controladora

Os saldos dos investimentos em controladas em 31 de março de 2010 estão assim

	31.03.2010						
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100%	163.897	542.040	378.143	51.091	13.388
Centrovias	101.483.834	100%	98.534	489.884	391.350	59.037	13.684
Intervias	4.352.285	100%	165.892	665.630	499.738	60.906	19.806
Planalto Sul	35.001.003	100%	24.453	208.330	183.877	30.870	736
Fluminense	63.001.003	100%	62.436	288.266	225.830	31.113	3.498
Fernão Dias	88.001.003	100%	71.924	439.971	368.047	56.653	(3.080)
Régis Bittencourt	84.001.003	100%	108.741	542.953	434.212	76.433	9.374
Litoral Sul	51.001.000	100%	43.377	322.369	278.992	43.791	2.592
SPR	78.421.000	100%	219.695	219.742	47	-	160
Paulista (*)	500.000	100%	4.245	10.083	5.838	9.444	397
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	8.251	27.602	19.351	37.362	2.118
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	3.790	7.616	3.826	4.593	816

representados:

(*) quotas.

Os saldos dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2009 estão assim representados:

	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100%	153.209	539.362	386.153	205.375	49.158
Centrovias	105.423.237	100%	86.357	470.891	384.534	201.243	49.626
Intervias	4.352.285	100%	148.535	640.613	492.078	239.826	78.181
Planalto Sul	25.001.003	100%	23.717	204.716	180.999	110.812	(1.042)
Fluminense	63.001.003	100%	58.938	283.316	224.378	146.240	(3.748)
Fernão Dias	68.001.003	100%	55.004	405.582	350.578	236.933	(12.619)
Régis Bittencourt	84.001.000	100%	99.367	522.607	423.240	278.576	17.513
Litoral Sul	51.001.000	100%	40.785	310.126	269.341	194.473	(9.472)
SPR	233.420.000	100%	222.362	227.749	5.387	-	23.016
Paulista (*)	500.000	100%	5.348	10.378	5.030	37.687	6.528
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	14.133	28.489	14.356	137.392	21.990
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	5.674	10.124	4.450	23.757	7.674

(*) Quotas.

Os saldos dos investimentos em controladas em 1º de janeiro de 2009 estão assim representados:

	01.01.2009				
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>
Autovias	125.040.451	100%	119.860	527.501	407.641
Centrovias	105.423.237	100%	65.188	453.271	388.083
Intervias	4.352.285	100%	111.900	609.345	497.445
Planalto Sul	25.001.003	100%	24.759	114.097	89.338
Fluminense	31.001.003	100%	30.686	130.034	99.348
Fernão Dias	56.001.003	100%	55.623	234.094	178.471
Régis Bittencourt	44.001.000	100%	43.624	264.448	220.824
Litoral Sul	34.001.000	100%	33.257	162.668	129.411
SPR	242.420.000	100%	213.635	213.730	94
Paulista	500.000	100%	20.620	33.526	12.906
Latina Manutenção	250.000	100%	26.043	49.507	23.464

(*) Quotas.

A movimentação dos saldos de investimentos no trimestre findo em 31 de março de 2010 é como segue:

<u>Saldo em 31.12.2009</u>	<u>Aporte (redução) de capital</u>	<u>Juros sobre o capital</u>	<u>Equiv. patrimonial lucro (prejuízo) do trimestre</u>	<u>Saldos em 31.03.2010</u>
----------------------------	------------------------------------	------------------------------	---	-----------------------------

			<u>próprio/ dividendos</u>		
Autovias	153.209	-	(2.700)	13.388	163.897
Centrovias	86.357	-	(1.507)	13.684	98.534
Intervias	148.535	-	(2.449)	19.806	165.892
Planalto Sul	23.717	-	-	736	24.453
Fluminense	58.938	-	-	3.498	62.436
Fernão Dias	55.004	20.000		(3.080)	71.924
Régis Bittencourt	99.367	-	-	9.374	108.741
Litoral Sul	40.785	-	-	2.592	43.377
SPR	222.362	-	(2.827)	160	219.695
Paulista	5.348	-	(1.500)	397	4.245
Latina Manutenção	14.133	-	(8.000)	2.118	8.251
Latina Sinalização	5.674	-	(2.700)	816	3.790
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19</u>
Total	<u>914.482</u>	<u>20.000</u>	<u>(21.683)</u>	<u>63.489</u>	<u>976.288</u>

(*) Inclusive ajustes trazidos pelo ICPC01/IFRS.

A movimentação dos saldos de investimentos no trimestre findo em 31 de dezembro de 2009 é como segue:

	Saldo em 01.01.2009	Aporte (redução) de capital	Juros sobre o capital próprio/ dividendos	Equiv. patrimonial lucro (prejuízo) do trimestre	Saldos em 31.12.2009
Autovias	119.860	-	(15.809)	49.158	153.209
Centrovias	65.188	-	(28.457)	49.626	86.357
Intervias	111.900	-	(41.546)	78.181	148.535
Planalto Sul	24.759	-	-	(1.042)	23.717
Fluminense	30.686	32.000	-	(3.748)	58.938
Fernão Dias	55.623	12.000	-	(12.619)	55.004
Régis Bittencourt	43.624	40.000	(1.770)	17.513	99.367
Litoral Sul	33.257	17.000	-	(9.472)	40.785
SPR	213.635	(9.000)	(5.289)	23.016	222.362
Paulista	20.620	-	(21.800)	6.528	5.348
Latina Manutenção	26.043	-	(33.900)	21.990	14.133
Latina Sinalização	-	-	(2.000)	7.674	5.674
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	<u>746.248</u>	<u>92.000</u>	<u>(150.571)</u>	<u>226.805</u>	<u>914.482</u>

12. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue

	Controladora				Total
	Móveis utensílios e instalações	Edifícios	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras imobilizações	
<u>Custo do imobilizado bruto</u>					
Saldo em 01.01.2009	761	2.776	928	998	5.463
Adições	212	6	510	854	1.582
Transferências	775	-	-	(775)	-
Alienações/baixas	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>(93)</u>	<u>(108)</u>
Saldo em 31.12.2009	1.735	2.782	1.436	984	6.937
Adições	231	-	268	162	661
Alienações/baixas	<u>(29)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(29)</u>
Saldo em 31.03.2010	<u>1.937</u>	<u>2.782</u>	<u>1.704</u>	<u>1.146</u>	<u>7.569</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 01.01.2009	(340)	(506)	(628)	(218)	(1.692)
Depreciações/amortizações	(137)	(111)	(296)	(148)	(692)
Alienações/baixas	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>74</u>	<u>89</u>
Saldo em 31.12.2009	(463)	(617)	(923)	(292)	(2.295)
Depreciações/amortizações	(46)	(28)	(92)	(50)	(216)
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31.03.2010	<u>(509)</u>	<u>(645)</u>	<u>(1.015)</u>	<u>(342)</u>	<u>(2.511)</u>
<u>Imobilizado líquido:</u>					
Saldo em 01.01.2009	421	2.270	300	780	3.771
Saldo em 31.12.2009	1.272	2.165	513	692	4.642
Saldo em 31.03.2010	1.428	2.137	689	804	5.058

	Consolidado									Total
	Móveis utensílios e instalações	Equipam ento mobieliário	Prédios e benfeit orias	Computa dores e periférico s	Veícu los	Instalaçõ es, edifícios e dependê ncias	Maquina s e equipam entos	Outras imobiliza ções	Imobili zado em andame nto	
<u>Custo do imobilizado bruto</u>										
Saldo em 01.01.2009	2.724	7.859	1.155	3.602	3.970	4.003	3.442	1.546	1.276	29.577
Adições	2.932	2.142	732	1.311	2.068	19	2.933	864	37	13.038
Transferências	1.113	(80)	36	(452)	-	-	-	(1.306)	(1.311)	(2.000)
Alienações/baixas	(18)	(681)	(22)	-	(159)	-	-	(93)	-	(973)
Saldo em 31.12.2009	6.751	9.240	1.901	4.461	5.879	4.022	6.375	1.011	2	39.642
Adições	346	312	269	323	4.887	2	119	196	501	6.955
Transferências	3	(574)	-	(34)	(3)	(183)	-	-	-	(791)
Alienações/baixas	(38)	(53)	(6)	(1)	(138)	-	-	-	-	(236)
Saldo em 31.03.2010	<u>7.062</u>	<u>8.925</u>	<u>2.164</u>	<u>4.749</u>	<u>10.625</u>	<u>3.841</u>	<u>6.494</u>	<u>1.207</u>	<u>503</u>	<u>45.570</u>
<u>Depreciação acumulada</u>										
Saldo em 01.01.2009	(689)	(3.437)	(641)	(924)	(725)	(524)	(711)	(221)	-	(7.872)
Depreciações/amo rtizações	(407)	(1.069)	(332)	(762)	(1.214)	(240)	(583)	(154)	-	(4.761)
Transferências	-	(56)	-	40	-	-	(509)	-	-	(525)
Alienações/baixas	14	447	1	-	121	-	530	74	-	1.187
Saldo em 31.12.2009	(1.082)	(4.115)	(972)	(1.646)	(1.818)	(764)	(1.273)	(301)	-	(11.971)
Depreciações/amo rtizações	(303)	(260)	(102)	(230)	(447)	54	(156)	(56)	-	(1.500)
Transferências	-	(59)	-	-	-	-	-	-	-	(59)
Alienações/baixas	2	50	-	-	110	-	-	-	-	162
Saldo em 31.03.2010	<u>(1.383)</u>	<u>(4.384)</u>	<u>(1.074)</u>	<u>(1.876)</u>	<u>(2.155)</u>	<u>(710)</u>	<u>(1.429)</u>	<u>(357)</u>	<u>-</u>	<u>(13.368)</u>
<u>Imobilizado líquido:</u>										
Saldo em 01.01.2009	2.035	4.422	514	2.678	3.245	3.479	2.731	1.325	1.276	21.705
Saldo em 31.12.2009	5.669	5.125	929	2.815	4.061	3.258	5.102	710	2	27.671
Saldo em 31.03.2010	5.679	4.541	1.090	2.873	8.470	3.131	5.065	850	503	32.202
Taxas de depreciação - %	10	11,7	10	21,7	20	4	15	20	-	-

13. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

<u>Controladora</u>	<u>Softwares</u>
Custo do intangível:	
Saldo em 01.01.2009	323
Adições	<u>181</u>
Saldo em 31.12.2009	504
Adições	<u>45</u>
Saldo em 31.03.2010	<u>549</u>
Amortização acumulada:	
Saldo em 01.01.2009	(92)
Amortização	<u>(87)</u>
Saldo em 31.12.2009	(179)
Amortização	<u>(26)</u>
Saldo em 31.03.2010	<u>(205)</u>
Intangível líquido:	
Saldo em 01.01.2009	231
Saldo em 31.12.2009	325
Saldo em 31.03.2010	344

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Ágio na aquisição Vianorte/SPR (d)	Software	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 01.01.2009	2.417.318	351.939	69.695	74.560	7.086	420.099	14.722	3.355.419
Adições	228.166	-	123	-	3.364	389.436	2.987	624.076
Transferências	652.467	-	-	-	1.391	(638.229)	(6.102)	9.527
Alienações/baixas	(3.304)	-	-	-	(736)	(3.770)	-	(7.810)
Saldo em 31.12.2009	3.294.647	351.939	69.818	74.560	11.105	167.536	11.607	3.981.212
Adições	62.467	-	-	-	344	56.389	812	120.012
Transferências/incorporação	20.434	-	-	-	179	(18.939)	(700)	974
Alienações/baixas	(386)	-	-	-	-	-	-	(386)
Saldo em 31.03.2010	<u>3.377.162</u>	<u>351.939</u>	<u>69.818</u>	<u>74.560</u>	<u>11.628</u>	<u>204.986</u>	<u>11.720</u>	<u>4.101.812</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 01.01.2009	(890.090)	(92.745)	(29.838)	-	(4.491)	-	-	(1.017.164)
Amortização	(100.756)	(26.630)	(3.151)	(8.133)	(1.298)	-	-	(139.968)
Transferências	56	-	-	-	(40)	-	-	16
Alienações/baixas	1.125	-	849	-	709	-	-	2.683
Saldo em 31.12.2009	(989.665)	(119.375)	(32.140)	(8.133)	(5.120)	-	-	(1.154.433)
Amortização	(28.759)	(6.574)	(599)	(2.034)	(381)	-	-	(38.347)
Transferências	-	-	-	-	59	-	-	59
Alienações/baixas	254	-	-	-	-	-	-	254
Saldo em 31.03.2010	<u>(1.018.170)</u>	<u>(125.949)</u>	<u>(32.739)</u>	<u>(10.167)</u>	<u>(5.442)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.192.467)</u>
<u>Intangível líquido:</u>								
Saldo em 01.01.2009	1.527.228	259.194	39.857	74.560	2.595	420.099	14.722	2.338.255
Saldo em 31.12.2009	2.304.982	232.564	37.678	66.427	5.985	167.536	11.607	2.826.779
Saldo em 31.03.2010	2.358.991	225.990	37.079	64.393	6.186	204.986	11.720	2.909.345

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 18.
- (c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Autovias e Centrovias. Em períodos anteriores essa rubrica era denominada como ágio incorporado. Por entender que na essência esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para “Direito de outorga incorporado”. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.
- (d) Ágio na aquisição da Vianorte pela SPR. O ágio registrado na SPR refere-se à rentabilidade futura esperada no período da concessão e está sendo amortizado pelo tempo remanescente da concessão, de 83 meses.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos - (BNDES) (a)	Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP + 2,8% a.a. a 7,5% a.a.	810.242	33.291	29.739
Financiamento de equipamentos - (FINAME) (b)	TJLP + 2,18% a 7,75% a.a.	11.284	10.321	4.130
Capital de giro (c)	CDI +0,083% a.m. a 2,5% a.a.	960.398	900.685	63.249
Leasing (d)	CDI+1,52% a.a. a 1,87% a.a.	<u>2.303</u>	<u>2.586</u>	<u>4.528</u>
Total do passivo circulante		<u>1.784.227</u>	<u>946.883</u>	<u>101.646</u>
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos - (BNDES) (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 7,5% a.a.	16.540	827.546	65.719
Financiamento de equipamentos - (FINAME) (b)	TJLP + 2,18% a.a. a 7,75% a.a.	17.150	19.203	15.549
Capital de giro (c)	CDI +0,083% a.a. a 2,5% a.a.	-	-	849.700
Leasing (d)	CDI + 1,52% a 1,87% a.a.	<u>3.596</u>	<u>301</u>	<u>4.102</u>
Total do passivo não circulante		<u>37.286</u>	<u>847.050</u>	<u>935.070</u>
Total dos empréstimos e financiamentos		<u>1.821.513</u>	<u>1.793.933</u>	<u>1.036.716</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias, com vencimento final de março de 2011 até setembro de 2013.
- (b) Financiamento de equipamentos tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias, com vencimento final de julho de 2010 a fevereiro de 2014.

- (c) Recursos obtidos para financiamento de capital de giro através de emissão de cédulas de crédito bancário e notas promissórias, entre outros, com vencimento final de abril de 2010 a maio de 2011.
- (d) Contratos modelo leasing financeiro, firmado junto a instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens, com vencimento final de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2015.

Os contratos das concessionárias federais com o BNDES possuem cláusulas restritivas que podem implicar em vencimento antecipado. As principais restrições são:

- Manter situação regular com suas obrigações perante os órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real, em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar prévia e formalmente ao BNDES.
- Inadimplemento de qualquer obrigação das Sociedades ou de sua controladora.
- Não alterar o controle efetivo das Sociedades após a contratação da operação sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- Em caso de redução do quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Do acionista

- Não incluir as concessionárias em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem restrições à capacidade de crescimento e ao acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração ações de sua propriedade e das concessionárias para venda, aquisição, incorporação, fusão ou cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- Tomar providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação de empréstimo.

- Manter o índice consolidado trimestral da razão entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado menor ou igual a 5 e a razão entre o patrimônio líquido e ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrada na CVM.

A Sociedade e suas controladas cumpriram as cláusulas restritivas contidas nos contratos de empréstimos e financiamentos nas datas das informações trimestrais.

A Sociedade e suas controladas estão em processo de estruturação de operação financeira de longo prazo com o objetivo de liquidar os empréstimos que vencem a curto prazo.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	Controladora			Consolidado		
	31.03.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.03.2010	31.12.2009	01.01.2009
Imposto de renda	783	-	-	16.293	20.183	23.910
Contribuição social	360	252	-	6.620	8.289	9.544
IRRF	643	719	785	2.719	2.622	3.218
PIS	106	99	-	960	985	596
COFINS	489	456	-	4.439	4.549	2.877
Tributos federais retidos	10	19	25	4.872	4.493	6.588
ISS	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>8.300</u>	<u>7.658</u>	<u>8.186</u>
	<u>2.393</u>	<u>1.547</u>	<u>812</u>	<u>44.203</u>	<u>48.779</u>	<u>54.919</u>

16. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Ativo circulante	Controladora			Consolidado		
	31.03.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.03.2010	31.12.2009	01.01.2009
Contas a receber - partes relacionadas:						
Autovias (a)	83	107	52	-	-	-
Centrovias (a)	80	69	43	-	-	-
Intervias (a)	104	76	34	-	-	-
Vianorte (a)	81	77	29	-	-	-
Planalto Sul (b)	840	836	820	-	-	-
Fluminense (b)	972	939	1.114	-	-	-
Fernão Dias (b)	1.445	1.429	1.474	-	-	-
Régis Bittencourt (b)	1.787	1.754	1.785	-	-	-
Litoral Sul (b)	1.411	1.407	1.440	-	-	-
Latina Manutenção	56	37	1	-	-	-
Latina Sinalização	48	33	-	-	-	-
Paulista	52	35	-	-	-	-
Planalto Sul (c)	5.114	3.875	-	-	-	-
Fluminense (c)	8.289	6.989	-	-	-	-
Fernão Dias (c)	14.967	12.589	-	-	-	-
Régis Bittencourt (c)	16.241	13.667	-	-	-	-
Litoral Sul (c)	5.711	4.327	-	-	-	-
OHL Concesiones	87	87	87	87	87	87
Total	<u>57.368</u>	<u>48.333</u>	<u>6.879</u>	<u>87</u>	<u>87</u>	<u>87</u>
Dividendos a receber:						
Autovias	3.481	3.481	2.612	-	-	-
Centrovias	5.854	5.854	2.343	-	-	-
Intervias	6.560	6.560	3.602	-	-	-
Régis Bittencourt	1.792	1.793	23	-	-	-
SPR	-	5.290	-	-	-	-
	<u>17.687</u>	<u>22.978</u>	<u>8.580</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora			Consolidado		
	31.03.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.03.2010	31.12.2009	01.01.2009
<u>Ativo não circulante</u>						
Contas a receber partes relacionadas:						
Planalto Sul (c)	60.000	60.000	61.071	-	-	-
Fluminense (c)	60.000	60.000	61.284	-	-	-
Fernão Dias (c)	110.000	110.000	112.149	-	-	-
Régis Bittencourt (c)	119.000	119.000	121.379	-	-	-
Litoral Sul (c)	<u>67.000</u>	<u>67.000</u>	<u>68.158</u>	-	-	-
Total	<u>416.000</u>	<u>416.000</u>	<u>424.041</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Passivo circulante</u>						
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas:						
Autovias (e)	16.981	14.489	-	-	-	-
Centrovias (e)	6.757	5.772	-	-	-	-
Intervias (e)	<u>28.605</u>	<u>24.312</u>	-	-	-	-
Total	<u>52.343</u>	<u>44.573</u>	-	-	-	-
OHL Concesiones S.L.	68	69	68	68	127	68
Hur S.A.	260	254	341	260	254	341
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	432	448	569	432	448	569
Participes en Brasil S.L.	66	66	-	66	66	-
Autovias (b)	-	-	13	-	-	-
Centrovias (b)	-	-	-	-	-	-
Intervias (b)	-	-	-	-	-	-
Paulista	-	-	13	-	-	-
SPR (d)	-	-	-	-	-	-
Total	<u>826</u>	<u>837</u>	<u>1.004</u>	<u>826</u>	<u>895</u>	<u>978</u>
<u>Passivo não circulante</u>						
Empréstimos e Financiamentos com partes relacionadas:						
Autovias (d)	114.000	114.000	117.579	-	-	-
Centrovias (d)	45.000	45.000	46.448	-	-	-
Intervias (d)	<u>197.000</u>	<u>197.000</u>	<u>201.801</u>	-	-	-
Total	<u>356.000</u>	<u>356.000</u>	<u>365.828</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Estão representadas pelas seguintes operações:

- Referem-se a despesas administrativas das concessionárias estaduais pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas por suas controladas.
- Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo.
- Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. Os juros têm seu vencimento a partir de dezembro de 2010. Os saldos do principal foram mantidos integralmente no ativo não circulante em

virtude do estágio inicial das operações das controladas federais. O fluxo futuro de recebimento desses mútuos será determinado em consonância com o perfil do endividamento consolidado da Sociedade e de suas controladas.

- (d) Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos a partir de setembro de 2010.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Autovias	(2.933)	(3.665)
Centrovias	(1.159)	(1.463)
Intervias	(5.050)	(7.158)
Planalto Sul	1.458	1.923
Fluminense	1.529	1.930
Fernão Dias	2.798	3.532
Régis Bittencourt	3.028	3.812
Litoral Sul	1.627	2.147
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	17	(17)
Hur S.A.	<u>(6)</u>	<u>12</u>
Total	<u>1.309</u>	<u>1.053</u>

No decorrer dos trimestres findos em 31 de março de 2010, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 1.355 (R\$ 958 em 31 de março de 2009) na controladora e R\$ 2.878 (R\$ 2.747 em 31 de março de 2009) no consolidado, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da Diretoria e aos respectivos encargos sociais. Os diretores não recebem renda variável, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e ou a suas controladas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário estas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos acima, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

18. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - São Paulo - DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

		Consolidado					
		Valor presente			Valor nominal (*)		
<u>Circulante</u>		<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Autovias	Direito de outorga	5.650	5.561	5.510	5.819	5.709	5.658
	Parcela variável (a)	588	574	516	-	-	-
Centrovias	Direito de outorga	8.480	8.321	8.244	8.707	8.542	8.466
	Parcela variável (a)	570	570	506	-	-	-
Intervias	Direito de outorga	5.277	5.178	5.195	5.418	5.316	5.269
	Parcela variável (b)	734	718	657	-	-	-
Vianorte	Direito de outorga	33.782	33.757	33.445	35.325	34.656	34.347
	Parcela variável (a)	<u>513</u>	<u>515</u>	<u>460</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>55.594</u>	<u>55.194</u>	<u>54.533</u>	<u>55.269</u>	<u>54.223</u>	<u>53.740</u>

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

(b) Valor variável correspondente a 3% da receita mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

		Consolidado					
		Valor presente			Valor nominal (*)		
<u>Não circulante</u>		<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
		-	-	-	-	-	-

Autovias	Direito de outorga	34.603	34.604	38.906	43.391	43.642	50.197
Centrovias	Direito de outorga	50.318	50.378	56.858	62.736	63.171	72.944
Intervias	Direito de outorga	37.155	36.965	40.821	48.119	48.145	54.376
Vianorte	Direito de outorga	<u>198.154</u>	<u>198.629</u>	<u>225.075</u>	<u>245.638</u>	<u>247.645</u>	<u>287.114</u>
Total		<u>320.230</u>	<u>320.576</u>	<u>361.660</u>	<u>399.884</u>	<u>402.603</u>	<u>464.631</u>

(*) Valores inseridos somente como informação adicional.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2010 está assim representada:

	Parcelas		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Autovias	12	89	101
Centrovias	12	86	98
Intervias	12	106	118
Vianorte	12	83	95

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2010 ao Poder Concedente estão assim representados:

	<u>Outorga</u>		<u>Valor pago</u>
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	
Autovias	1.431	1.617	3.048
Centrovias	2.142	1.637	3.779
Intervias	1.333	2.010	3.343
Vianorte	<u>8.689</u>	<u>1.433</u>	<u>10.122</u>
Total	<u>13.595</u>	<u>6.697</u>	<u>20.292</u>

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

19. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o trimestre findo em 31 de março de 2010 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e 01º de janeiro de 2009 é conforme segue:

	<u>31.12.2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.03.2010</u>
Cíveis	3.933	462	(52)	(78)	-	4.265
Trabalhistas	2.699	288	(187)	(14)	-	2.786
Fiscais	<u>736</u>	<u>71</u>	<u>(98)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>709</u>
Total	<u>7.368</u>	<u>821</u>	<u>(337)</u>	<u>(92)</u>	<u>-</u>	<u>7.760</u>

	<u>01.01.2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2009</u>
Cíveis	2.396	2.532	(430)	(565)	-	3.933
Trabalhistas	1.099	2.323	(661)	(54)	(8)	2.699
Fiscais	<u>-</u>	<u>997</u>	<u>(261)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>736</u>
Total	<u>3.495</u>	<u>5.852</u>	<u>(1.352)</u>	<u>(619)</u>	<u>(8)</u>	<u>7.368</u>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$ 13.065, R\$ 8.434 e R\$ 181, respectivamente, em 31 de março de 2010.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gasto a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nºs 3, 4 e 5.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o trimestre findo em 31 de março de 2010 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 01.01.2009	52.401	6.405	78.121	65.550
Adições	19.706	1.537	56.593	3.182
Utilizações	(65.591)	(9.123)	-	(1.223)
Transferências	<u>55.958</u>	<u>6.259</u>	<u>(55.958)</u>	<u>(6.257)</u>
Saldos em 31.12.2009	62.474	5.078	78.756	61.252
Adições	5.221	(255)	46.097	571
Utilizações	(12.610)	261	161	(887)
Transferências	<u>6.377</u>	<u>1.253</u>	<u>(35.321)</u>	<u>(1.299)</u>
Saldos em 31.03.2010	<u>61.462</u>	<u>6.337</u>	<u>89.693</u>	<u>59.637</u>

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2010 e 01º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 549.083 e está representado por 68.888.888 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.03.2010</u>	
	<u>Quantidade de</u> <u>ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	8.021.800	11,64
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	6.018.400	8,74
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Outros	<u>10.070.917</u>	<u>14,62</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

	<u>31.12.2009</u>	
	<u>Quantidade de</u> <u>ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.705.800	11,20
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	6.522.700	9,50
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Outros	<u>9.882.617</u>	<u>14,30</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

	<u>01.01.2009</u>	
	<u>Quantidade de</u> <u>ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.105.800	10,30
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	3.648.400	5,30
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Outros	<u>13.356.917</u>	<u>19,40</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora)

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

21. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Receita de serviços prestados	366.140	236.444
Outras receitas	16.702	14.930
Receita de serviços de construção	<u>121.327</u>	<u>206.674</u>
	<u>504.169</u>	<u>458.048</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações dos resultados dos trimestres são como seguem:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Receita bruta	504.169	458.048
ISSQN	(19.984)	(13.249)
PIS	(2.542)	(2.097)
COFINS	(11.733)	(7.292)
Outras deduções	<u>(367)</u>	<u>-</u>
Receita líquida	<u>469.543</u>	<u>435.410</u>

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>Consolidado</u>	
<u>Custos</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Custo de construção	121.327	206.674
Com pessoal	20.799	17.285
Serviços de terceiros	34.447	28.534
Depreciação/amortização	34.859	26.176

Custos com poder concedente	6.723	5.765
Seguros/garantias	1.463	691
Conservação	19.752	23.476
Provisão para manutenção em rodovias	25.217	15.527
Taxa fiscalização	7.661	6.819
Outros	<u>18.253</u>	<u>12.702</u>
Total	<u>290.501</u>	<u>343.649</u>

<u>Despesas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Com pessoal	1.508	1.821	11.857	9.926
Serviços de terceiros	614	567	6.631	5.450
Depreciação/amortização	242	193	2.954	2.543
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	630	697
Seguros/garantias	-	-	1.584	1.703
Consumos	175	143	2.118	2.045
Transportes	92	90	646	503
Outros	<u>990</u>	<u>735</u>	<u>4.478</u>	<u>2.862</u>
Total	<u>3.621</u>	<u>3.549</u>	<u>30.898</u>	<u>25.729</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Receitas financeiras:				
Juros ativos	10.646	13.558	2.637	12.030
Aplicações financeiras	330	95	7.387	1.904
Outras receitas	<u>2</u>	<u>23</u>	<u>59</u>	<u>61</u>
	<u>10.978</u>	<u>13.676</u>	<u>10.083</u>	<u>13.995</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(9.139)	(12.286)	(38.087)	(35.093)
Atualização monetária do ônus da concessão	-	-	(13.625)	(1.400)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	-	-	(2.569)	(2.449)
Outras despesas	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>(4.412)</u>	<u>(5.522)</u>
	<u>(9.139)</u>	<u>(12.294)</u>	<u>(58.693)</u>	<u>(44.464)</u>

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa n 4.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.10</u>	<u>31.03.09</u>
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	38.501	29.470
Juros capitalizados	-	2.087
Caixa pago durante o trimestre-		
Imposto de renda e contribuição social	28.630	35.175

25. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009 são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.10</u>	<u>31.03.09</u>	<u>31.03.10</u>	<u>31.03.09</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	60.903	17.455	94.798	30.697
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(20.707)	(5.935)	(32.231)	(10.437)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	21.587	6.842	-	-
Ágio amortizado e direito de outorga incorporado advindo de empresa cindida e incorporada	-	(125)	(692)	(125)
Juros sobre o capital próprio recebidos	(2.264)	(1.969)	-	-
Amortização do ágio não dedutível (Vianorte)	-	-	(1.213)	(692)
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social	459	173	1.341	(3.416)
Outros ajustes	<u>(141)</u>	<u>307</u>	<u>1.278</u>	<u>2.285</u>
Despesa contabilizada	<u>(1.066)</u>	<u>(707)</u>	<u>(31.517)</u>	<u>(12.385)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(1.066)	(707)	(28.890)	(20.608)
Diferidos	-	-	(2.627)	8.223)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco, que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas, estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2010, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e as debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	10,16%	12.70%	15,24%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (*)	113.795	136.342	140.253

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

c) Riscos de crédito

Esse risco advém da possibilidade de as controladas da Sociedade não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2010 e 1º de janeiro de 2009, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 52.930, R\$ 57.570 e de R\$ 35.100, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

d) Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e se aproximam de seu valor justo, devido aos:

Empréstimos e financiamentos são substancialmente contratados a taxas de juros pós fixadas;

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias; e

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são vinculadas estão substancialmente são indexadas ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

e) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do trimestre. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.04.a				2014	<u>Total</u>
		<u>31.12.2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>em diante</u>	
BNDES Automático	8,64	264.862	852.244	7.609	2.352		1.127.067
Finame	7,84	8.263	10.624	7.079	3.385	309	29.660
Capital de giro	9,60	977.709	-	-	-	-	977.709
Prosoft	8,68	46					46
Leasing	11,95	<u>2.572</u>	<u>1.234</u>	<u>843</u>	<u>843</u>	<u>913</u>	<u>6.405</u>
		<u>1.253.452</u>	<u>864.102</u>	<u>15.531</u>	<u>6.580</u>	<u>1.222</u>	<u>2.140.887</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, o qual requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente

revisados pela diretoria da Administração da Sociedad, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedad classificou seus negócios em Construção e Concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e 4.1.

a) Demonstração do resultado e ativos por segmento

	31.03.2010				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	457.804	-	457.804	11.739	469.543
Receita líquida entre segmentos	-	51.399	51.399	(51.399)	-
Custos	<u>(290.463)</u>	<u>(43.140)</u>	<u>(333.603)</u>	<u>43.102</u>	<u>(290.501)</u>
Lucro bruto	167.341	8.259	175.600	3.442	179.042
Despesas gerais e administrativas	(29.270)	(2.989)	(32.259)	(4.576)	(36.835)
Outras (despesas) receitas operacionais	325	-	325	1.196	1.521
Receitas financeiras	16.352	270	16.622	(6.539)	10.083
Despesas financeiras	(64.399)	(328)	(64.727)	6.034	(58.693)
Variação cambial líquida	-	-	-	<u>(320)</u>	<u>(320)</u>
Lucro operacional antes dos impostos	90.349	5.212	95.561	(763)	94.798
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(26.444)	(1.881)	(28.325)	(565)	(28.890)
Diferidos	<u>(2.034)</u>	-	<u>(2.034)</u>	<u>(593)</u>	<u>(2.627)</u>
Lucro do trimestre	<u>61.871</u>	<u>3.331</u>	<u>65.202</u>	<u>(1.921)</u>	<u>63.281</u>
	31.03.2009				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	424.590	-	424.590	10.820	435.410
Receita líquida entre segmentos	-	42.943	42.943	(42.943)	-
Custos	<u>(348.872)</u>	<u>(28.937)</u>	<u>(377.809)</u>	<u>34.160</u>	<u>(343.649)</u>
Lucro bruto	75.718	14.006	89.724	2.037	91.761
Despesas gerais e administrativas	(23.573)	(2.159)	(25.732)	(6.038)	(31.770)
Outras (despesas) receitas operacionais	86	-	86	1.060	1.146
Receitas financeiras	14.286	16	14.302	(307)	13.995
Despesas financeiras	(49.893)	(110)	(50.003)	5.539	(44.464)
Variação cambial líquida	-	-	-	<u>29</u>	<u>29</u>
Lucro operacional antes dos impostos	16.624	11.753	28.377	2.320	30.697
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(16.764)	(2.925)	(19.689)	(919)	(20.608)
Diferidos	<u>9.606</u>	-	<u>9.606</u>	<u>(1.383)</u>	<u>8.223</u>
Lucro do trimestre	<u>9.466</u>	<u>8.828</u>	<u>18.294</u>	<u>18</u>	<u>18.312</u>

a) Balanços por segmento

	31.03.2010				
	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e holding</u>	<u>Saldo consolidado</u>
<u>ATIVOS</u>					
CIRCULANTES					
Caixas e equivalentes de caixa	423.105	4.050	427.155	34.442	461.597
Contas a receber	56.020	-	56.020	4.592	60.612
Contas a receber partes relacionadas	52.704	26.812	79.516	(79.516)	-
Outros circulantes	<u>25.341</u>	<u>2.134</u>	<u>27.475</u>	<u>5.228</u>	<u>32.703</u>
Total circulantes	<u>557.170</u>	<u>32.996</u>	<u>590.166</u>	<u>(35.254)</u>	<u>554.912</u>
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59.996	-	59.996	-	59.996
Contas a receber partes relacionadas	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Outros não circulantes	12.925	16	12.941	6.626	19.567
Imobilizado	14.941	12.203	27.144	5.058	32.202
Intangível	2.844.521	86	2.844.607	64.738	2.909.345
Diferido	<u>128.039</u>	<u>-</u>	<u>128.039</u>	<u>(128.039)</u>	<u>-</u>
Total não circulantes	<u>3.416.422</u>	<u>12.305</u>	<u>3.428.727</u>	<u>(407.617)</u>	<u>3.021.110</u>
TOTAL ATIVOS	<u>3.973.592</u>	<u>45.301</u>	<u>4.018.893</u>	<u>(442.871)</u>	<u>3.576.022</u>
<u>PASSIVOS</u>					
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	1.798.709	1.759	1.800.468	(16.241)	1.784.227
Fornecedores	51.405	7.428	58.833	1.232	60.065
Obrigações sociais e fiscais	59.503	14.462	73.965	9.304	83.269
Credores pela concessão	55.594	-	55.594	-	55.594
Dividendos propostos	24.530	-	24.530	17.336	41.866
Outros circulantes	<u>177.791</u>	<u>860</u>	<u>178.651</u>	<u>(77.461)</u>	<u>101.190</u>
Total circulantes	<u>2.167.532</u>	<u>24.509</u>	<u>2.192.041</u>	<u>(65.830)</u>	<u>2.126.211</u>
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	32.789	4.497	37.286	-	37.286
Empréstimos e financiamentos partes relacionadas	416.000	-	416.000	(416.000)	-
Credores pela concessão	320.230	-	320.230	-	320.230
Provisão manutenção/ investimentos	149.330	-	149.330	-	149.330
Outros não circulantes	<u>23.313</u>	<u>9</u>	<u>23.322</u>	<u>5.653</u>	<u>28.975</u>
Total não circulantes	<u>941.662</u>	<u>4.506</u>	<u>946.168</u>	<u>(410.347)</u>	<u>535.821</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	864.398	16.286	880.684	33.306	913.990
TOTAL DOS PASSIVOS	<u>3.973.592</u>	<u>45.301</u>	<u>4.018.893</u>	<u>(442.871)</u>	<u>3.576.022</u>
31.12.2009					
	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e holding</u>	<u>Saldo consolidado</u>
<u>ATIVOS</u>					

CIRCULANTES					
Caixas e equivalentes de caixa	407.993	21.958	429.951	12.241	442.192
Contas a receber	108.717	17.937	126.654	(62.513)	64.141
Outros circulantes	<u>14.518</u>	<u>1.882</u>	<u>16.400</u>	<u>9.511</u>	<u>25.911</u>
Total circulantes	<u>531.228</u>	<u>41.777</u>	<u>573.005</u>	<u>(40.761)</u>	<u>532.244</u>
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.530	-	61.530	-	61.530
Outros não circulantes	12.749	17	12.766	6.624	19.390
Imobilizado	15.901	7.128	23.029	4.642	27.671
Intangível	<u>2.759.958</u>	<u>69</u>	<u>2.760.027</u>	<u>66.752</u>	<u>2.826.779</u>
Total não circulantes	<u>3.206.138</u>	<u>7.214</u>	<u>3.213.352</u>	<u>(277.982)</u>	<u>2.935.370</u>
TOTAL ATIVOS	<u>3.737.366</u>	<u>48.991</u>	<u>3.786.357</u>	<u>(318.743)</u>	<u>3.467.614</u>
<u>PASSIVOS</u>					
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	987.174	1.156	988.330	(41.447)	946.883
Fornecedores	72.917	5.169	78.086	(23.010)	55.076
Obrigações sociais e fiscais	61.535	15.319	76.854	5.283	82.137
Credores pela concessão	55.194	-	55.194	-	55.194
Dividendos propostos	35.269	-	35.269	6.597	41.866
Outros circulantes	<u>106.184</u>	<u>837</u>	<u>107.021</u>	<u>(7.205)</u>	<u>99.816</u>
Total circulantes	<u>1.318.273</u>	<u>22.481</u>	<u>1.340.754</u>	<u>(59.782)</u>	<u>1.280.972</u>
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	1.280.252	1.346	1.281.598	(434.548)	847.050
Credores pela concessão	320.576	-	320.576	-	320.576
Outros não circulantes	<u>160.555</u>	<u>9</u>	<u>160.564</u>	<u>7.270</u>	<u>167.834</u>
Total não circulantes	<u>1.761.383</u>	<u>1.355</u>	<u>1.762.738</u>	<u>(427.278)</u>	<u>1.335.460</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	657.710	25.155	682.865	168.317	851.182
TOTAL DOS PASSIVOS	<u>3.737.366</u>	<u>48.991</u>	<u>3.786.357</u>	<u>(318.743)</u>	<u>3.467.614</u>

01.01.2009

	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e holding</u>	<u>Saldo consolidado</u>
<u>ATIVOS</u>					
CIRCULANTES					
Caixas e equivalentes de caixa	103.348	4.784	108.132	8.152	116.284
Contas a receber	15.459	69.626	85.085	(46.636)	38.449
Outros circulantes	<u>38.049</u>	<u>3.252</u>	<u>41.301</u>	<u>(15.974)</u>	<u>25.327</u>
Total circulantes	<u>156.856</u>	<u>77.662</u>	<u>234.518</u>	<u>(54.458)</u>	<u>180.060</u>
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	365.841	16	365.857	(365.857)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59.796	-	59.796	-	59.796
Outros não circulantes	6.703	-	6.703	6.021	12.724
Imobilizado	12.650	5.284	17.934	3.771	21.705
Intangível	<u>2.263.464</u>	<u>-</u>	<u>2.263.464</u>	<u>74.791</u>	<u>2.338.255</u>
Total não circulantes	<u>2.708.454</u>	<u>5.300</u>	<u>2.713.754</u>	<u>(281.274)</u>	<u>2.432.480</u>
TOTAL ATIVOS	<u>2.865.310</u>	<u>82.962</u>	<u>2.948.272</u>	<u>(335.732)</u>	<u>2.612.540</u>

01.01.2009

<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Saldo</u>
------------------	-------------------	--------------	--------------------	--------------

				<u>e holding</u>	<u>consolidado</u>
<u>PASSIVOS</u>					
<u>CIRCULANTES</u>					
Empréstimos e financiamentos	100.699	947	101.646	-	101.646
Fornecedores	188.484	5.108	193.592	(68.930)	124.662
Obrigações sociais e fiscais	44.528	27.517	72.045	3.795	75.840
Credores pela concessão	54.533	-	54.533	-	54.533
Dividendos propostos	25.041	-	25.041	-	25.041
Outros circulantes	<u>106.643</u>	<u>350</u>	<u>106.993</u>	<u>208</u>	<u>107.201</u>
Total circulantes	<u>519.928</u>	<u>33.922</u>	<u>553.850</u>	<u>(64.927)</u>	<u>488.923</u>
<u>NÃO CIRCULANTES</u>					
Empréstimos e financiamentos	1.356.737	2.377	1.359.114	(424.044)	935.070
Credores pela concessão	361.660	-	361.660	-	361.660
Outros não circulantes	<u>184.542</u>	<u>-</u>	<u>184.542</u>	<u>(23.351)</u>	<u>161.191</u>
Total não circulantes	<u>1.902.939</u>	<u>2.377</u>	<u>1.905.316</u>	<u>(447.395)</u>	<u>1.457.921</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	442.443	46.663	489.106	176.590	665.696
TOTAL DO PASSIVOS	<u>2.865.310</u>	<u>82.962</u>	<u>2.948.272</u>	<u>(335.732)</u>	<u>2.612.540</u>

28. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, as concessionárias mantêm coberturas de seguros para garantir a cobertura de riscos inerentes às suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de março de 2010, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização - estaduais</u>				
		<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>	
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita Responsabilidade civil	165.000 15.100	165.000 22.309	165.000 20.100	165.000 22.400	
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	77.795	101.360	120.496	115.560	
<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização - federais</u>				
		<u>Planalto Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Fernão Dias</u>	<u>Régis Bittencourt</u>	<u>Litoral Sul</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000	165.000	165.000	165.000	165.000

	Responsabilidade civil	25.100	25.100	25.100	25.100	25.100
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	40.271	58.608	104.224	111.205	84.100

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$ 58.425.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes compreendidos no período após 30 de setembro de 2010 até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, datada em 24 de março de 2011, já foram divulgados.

Planalto Sul

No dia 14 de abril a Sociedade obteve a liberação de parte de do Sub-crédito A no valor de R\$ 24.267 mil do empréstimo de longo prazo celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Régis Bittencourt

Em 28 de abril de 2011, através da Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da Sociedade aprovaram aumento de capital social no valor de R\$37.134, passando o capital social para R\$122.927, mediante a capitalização de dividendos mínimospropostos de R\$9.050, apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e capitalização de R\$ 28.084, relativo a contratos de mútuos mantidos com a sociedade controladora, Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

Referido aumento do capital foi aprovado mediante a emissão de 23.954.905 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,55. As ações emitidas serão integralmente subscritas e integralizadas pela Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67
---------	----------------------------------	--------------------

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A Obrascon Huarte Lain S.A. (OHL BRASIL) é uma holding que mantém investimentos em concessões de rodovias no país e em empresas prestadoras de serviços relacionadas às operações de concessão. Ver comentário de desempenho consolidado.

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

135,3 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+107,4%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 469,5 MILHÕES (+7,8%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 202,9 MILHÕES (+114,5%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 63,3 MILHÕES (+245,6%)

As informações foram elaboradas em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board - IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards - IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007 e respectivas alterações.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T10	4T09	1T09	Var% 1T10/4T09	Var% 1T10/1T09
RECETA OPERACIONAL BRUTA	504.169	521.185	458.048	-3,3%	10,1%
Receitas de pedágio	366.141	379.201	236.444	-3,4%	54,9%
Estaduais	214.485	228.348	184.259	-6,1%	16,4%
Autovias	53.837	57.022	46.501	-5,6%	15,8%
Centrovias	54.024	55.531	45.261	-2,7%	19,4%
Intervias	59.279	64.769	51.573	-8,5%	14,9%
Vianorte	47.345	51.026	40.924	-7,2%	15,7%
Federais	151.656	150.853	52.185	0,5%	190,6%
Planalto Sul	18.078	17.547	10.300	3,0%	75,5%
Fluminense	26.825	25.472	6.989	5,3%	283,8%
Fernão Dias	28.049	29.774	12.426	-5,8%	125,7%
Régis Bittencourt	48.037	49.096	18.119	-2,2%	165,1%
Litoral Sul	30.667	28.964	4.351	5,9%	604,8%
Outras receitas	16.701	26.058	14.930	-35,9%	11,9%
Receitas de obras	121.327	115.926	206.674	4,7%	-41,3%
DEDUÇÕES DA RECETA	(34.626)	(35.520)	(22.638)	-2,5%	53,0%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	469.543	485.665	435.410	-3,3%	7,8%
CUSTOS E DESPESAS	(285.968)	(276.765)	(343.199)	3,3%	-16,7%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(109.098)	(109.874)	(95.272)	-0,7%	14,5%
Custo dos serv. de construção	(121.327)	(115.926)	(206.674)	4,7%	-41,3%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(27.944)	(26.033)	(23.186)	7,3%	20,5%
Remuneração da administração	(2.878)	(1.739)	(2.747)	65,5%	4,8%
Despesas tributárias	(1.025)	(3.048)	(939)	-66,4%	9,2%
Provisão para manutenção em rodovias	(25.217)	(21.498)	(15.527)	17,3%	62,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.521	1.353	1.146	12,4%	32,7%
EBITDA	183.575	208.900	92.211	-12,1%	99,1%
Margem EBITDA	39,1%	43,0%	21,2%		
DEPRECIações E AMORTIZações	(39.847)	(41.148)	(31.074)	-3,2%	28,2%
Depreciações e amortizações	(37.813)	(39.114)	(28.719)	-3,3%	31,7%
Amortização do ágio em investimentos	(2.034)	(2.034)	(2.355)	0,0%	-13,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(48.930)	(44.441)	(30.440)	10,1%	60,7%
Receitas financeiras	10.083	9.822	13.995	2,7%	-28,0%
Despesas financeiras	(58.693)	(53.867)	(44.464)	9,0%	32,0%
Varição cambial, liq.	(320)	(396)	29	-19,2%	-1203,4%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	94.798	123.312	30.697	-23,1%	208,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(31.517)	(39.900)	(12.385)	-21,0%	154,5%
Corrente	(28.890)	(35.702)	(20.608)	-19,1%	40,2%
Diferido	(2.627)	(4.198)	8.223	-37,4%	-131,9%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	63.281	83.412	18.312	-24,1%	245,6%

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

TRAFEGO PEDAGIADO E TARIFA

O volume de tráfego pedagiado no 1T10 cresceu 107,4% em relação ao 1T09, em função do processo de abertura de praças nas concessionárias federais iniciado no 1º trimestre de 2009. Considerando apenas o tráfego pedagiado das concessionárias estaduais, houve aumento de 11,6% comparado ao 1T09. Este aumento do tráfego pedagiado é reflexo direto da recuperação da atividade econômica brasileira.

Veículos Equivalentes	1T10	4T09	1T09	Var% 1T10/4T09	Var% 1T10/1T09
Autovias	9.369.499	9.994.496	8.437.641	-6,3%	11,0%
Centrovias	5.903.316	6.104.975	5.107.608	-3,3%	15,6%
Intervias	12.615.450	13.796.787	11.389.892	-8,6%	10,8%
Vianorte	7.034.084	7.578.600	6.355.988	-7,2%	10,7%
Total Estaduais:	34.922.349	37.474.858	31.291.129	-6,8%	11,6%
Planalto Sul	6.233.449	6.437.879	3.814.815	-3,2%	63,4%
Fluminense	10.462.909	10.204.164	2.792.000	2,5%	274,7%
Fernão Dias	25.499.092	27.066.228	11.297.273	-5,8%	125,7%
Régis Bittencourt	32.024.667	32.732.688	12.078.667	-2,2%	165,1%
Litoral Sul	26.133.559	26.330.909	3.955.455	-0,7%	560,7%
Total Federais:	100.353.676	102.771.868	33.938.210	-2,4%	195,7%
Total:	135.276.025	140.246.726	65.229.339	-3,5%	107,4%

CONCESSÕES ESTADUAIS

Evolução do Tráfego: No 1T10 o tráfego pedagiado das concessionárias estaduais totalizou 34.922 mil veículos-equivalentes, representando um crescimento de 11,6% em relação ao 1T09.

O aumento no volume total do período deve-se principalmente ao acréscimo de 14,6% no tráfego de veículos pesados e 7,4% no tráfego de veículos leves em virtude da recuperação da atividade econômica brasileira no período. A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) no 1T10 foi de 60,0% de veículos pesados e 40,0% veículos leves.

A seguir apresentamos evolução histórica da produção industrial, tanto do Brasil quando de São Paulo, e a evolução do tráfego de veículos equivalentes pesados no mesmo período.

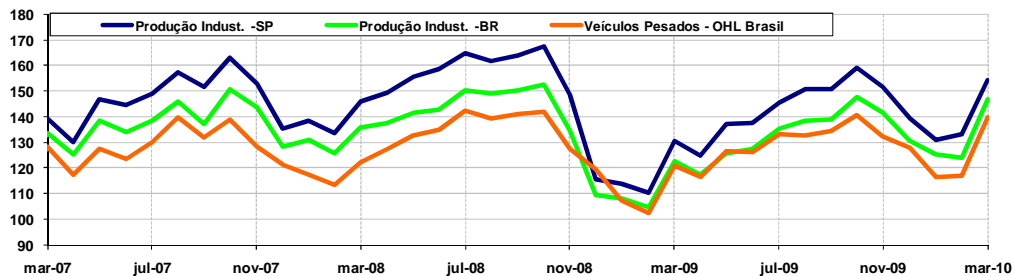
01977-1

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.

02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Produção Industrial⁽¹⁾ vs. Veículos Pesados (base 100 = 2002)

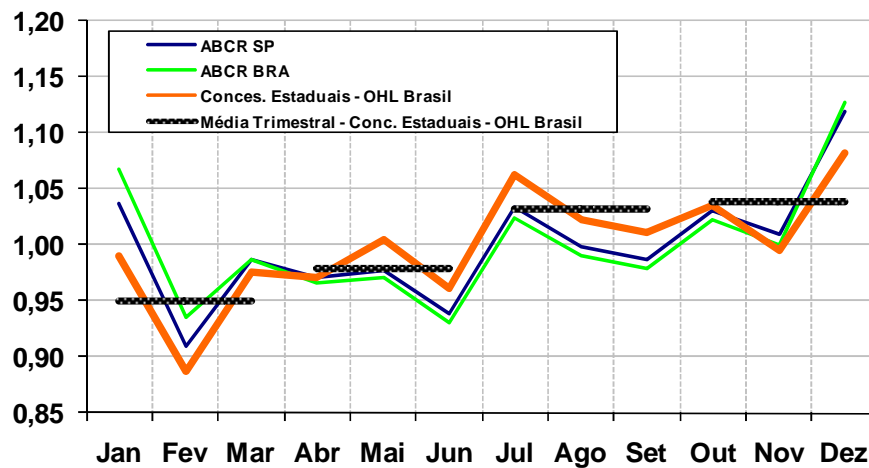


⁽¹⁾Fonte: IBGE; dados atualizados até mar/10.

Cabe ressaltar ainda que o crescimento de 15,6% no volume do tráfego pedagiado da concessionária Centrovias foi impactado pela interdição da Rodovia SP -304 (Rodovia Luís de Queiroz). A interdição da rodovia aconteceu no dia 01/02/10 no trecho que liga São Pedro à Santa Maria da Serra, sendo liberada no dia 20/02/2010, neste período um dos desvios indicados aos usuários foi a SP-225 (Centrovias).

Se comparado ao 4T09, o volume de tráfego pedagiado no 1T10 apresentou uma queda de 6,8%. Esta queda esta influenciada por componentes cíclicos. Sazonalmente, o volume de veículos equivalentes do primeiro trimestre é mais fraco em relação ao 4º trimestre, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Sazonalidade – Veículos Totais (de 2002 à 2009)



01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Reajuste de Tarifas: De acordo com o previsto nos contratos de concessão das concessionárias paulistas, em 1º de julho de 2009 as tarifas de pedágio foram reajustadas em 3,64% conforme a variação acumulada do IGP-M entre junho/2008 e maio/2009.

Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias estaduais:

Tarifa Média (em R\$ / veic. Equiv.)	1T10	4T09	1T09	Var% 1T10/4T09	Var% 1T10/1T09
Autovias	5,75	5,71	5,51	0,7%	4,4%
Centrovias	9,15	9,10	8,86	0,5%	3,3%
Intervias	4,70	4,69	4,53	0,2%	3,8%
Vianorte	6,73	6,73	6,44	0,0%	4,5%
Total Estaduais:	6,14	6,09	5,89	0,8%	4,2%

CONCESSÕES FEDERAIS

O tráfego pedagiado acumulado nas concessionárias federais no 1º trimestre de 2010 foi de 100.354 mil veículos equivalentes, apresentando um crescimento de 195,7% em relação ao 1T09. Este crescimento se deve a operação de 28 praças de pedágio durante todo o 1º trimestre de 2010 enquanto que ao final do 1T09 havia apenas 22 praças em operação. A queda de 2,4% frente ao 4T09 esta influenciada por componentes cíclicos.

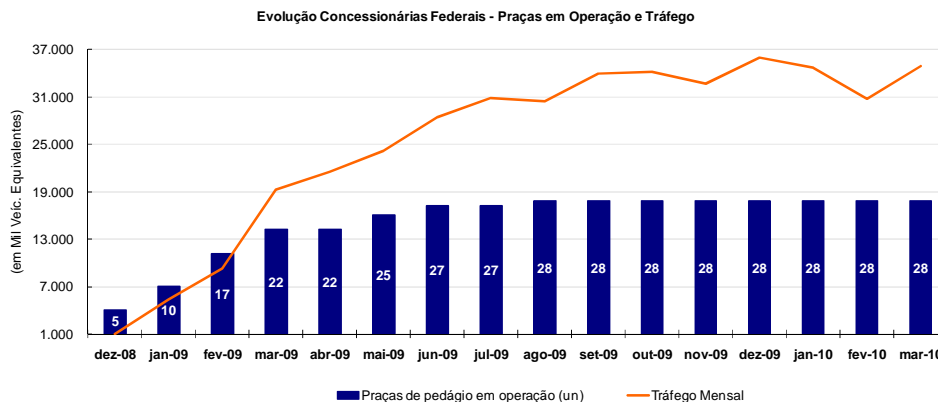
A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) nas concessionárias federais no 1º trimestre de 2010 foi de 71,6% de veículos pesados e 28,4% veículos leves. Cabe ressaltar que a composição de veículos nas concessionárias federais é composta por um percentual maior de veículos pesados que nas concessionárias estaduais. Destacamos a composição de 84,1% de veículos equivalentes pesados no 1T10 na concessionária Régis Bittencourt.

01977-1

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.

02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



Reajuste de Tarifas: Em fevereiro de 2009, foram reajustadas as tarifas básicas de pedágio das concessionárias Fluminense e Litoral Sul, considerando o critério de arredondamento na primeira casa decimal e a variação do IPCA entre fevereiro de 2009 e janeiro de 2010 (+4,59%).

As tarifas reajustadas entraram em vigor a partir da data de abertura da primeira praça de pedágio em cada concessionária:

- Fluminense – 02/02/10 – *Tarifa Vigente:* R\$2,60
- Litoral Sul– 22/02/10- *Tarifa Vigente:* R\$1,20

A seguir tabela com tarifas médias:

Tarifa Média (em R\$ / veic. Equiv.)	1T10	4T09	1T09	Var% 1T10/4T09	Var% 1T10/1T09
Planalto Sul	2,90	2,73	2,70	6,2%	7,4%
Fluminense	2,56	2,50	2,50	2,4%	2,4%
Fernão Dias	1,10	1,10	1,10	0,0%	0,0%
Régis Bittencourt	1,50	1,50	1,50	0,0%	0,0%
Litoral Sul	1,17	1,10	1,10	6,4%	6,4%
Total Federais:	1,51	1,47	1,54	2,7%	-1,9%

Vale lembrar que de acordo com o previsto nos contratos de concessão federais, em dezembro de 2009, a tarifa básica de pedágio da concessionária Planalto Sul foi reajustada para R\$ 2,90 em 19 de dezembro de 2009, considerando o critério de arredondamento na primeira casa decimal e a variação do IPCA entre dezembro de 2008 e novembro de 2009 (+4,22%).

As tarifas de pedágio das concessionárias Fernão Dias e Régis Bittencourt não sofreram alterações devido aos critérios de arredondamento da tarifa básica dos contratos de concessões.

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

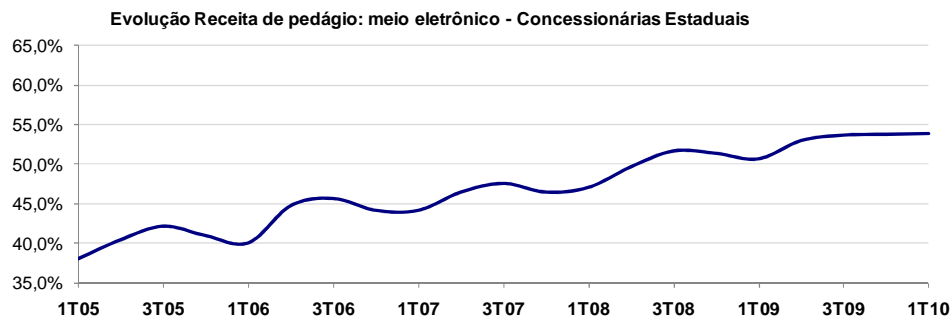
Abertura das Praças de Pedágio: De acordo com os contratos de concessões federais, ainda resta a abertura da Praça 1 na Autopista Fernão Dias, com perspectiva de início de cobrança no 2º Trimestre de 2010.

RECEITA LÍQUIDA

No 1T10 a OHL Brasil obteve uma receita líquida de R\$ 469,5 milhões, apresentando crescimento de 7,8% ante o 1T09. Este crescimento deve-se também ao início de cobrança nas praças de pedágio das concessionárias federais no 1T09. Considerando apenas as receitas líquidas das concessionárias estaduais, o crescimento foi de 21,25% ante o 1T09 em razão, principalmente, do crescimento de tráfego no período e do reajuste contratual das tarifas de pedágio (+3,64%) em 01/07/2009.

Receitas de pedágios: meios eletrônicos – Concessões Estaduais

A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessões estaduais no 1T10 representou 53,9%, contra 53,8% no 4T09 e 50,7% no 1T09. Abaixo, gráfico com a evolução da receita por meios eletrônicos desde 2005:



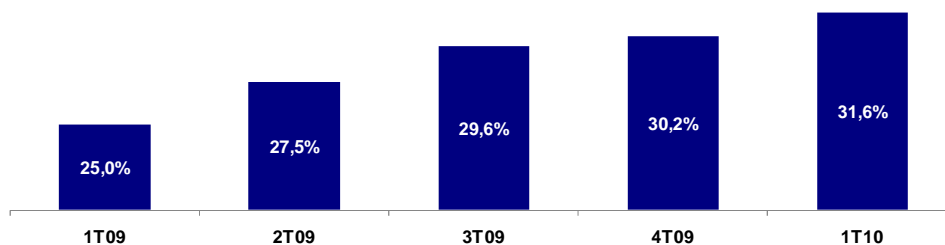
Receitas de pedágios: meios eletrônicos – Concessões Federais

Nas concessionárias federais o percentual médio de receita com cobrança eletrônica no 1T10 foi de 31,6% contra 30,2% no 4T09.

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Evolução Receita de pedágio: meio eletrônico - Concessionárias Federais



No gráfico acima, observa-se a evolução da cobrança por meios eletrônicos nas concessionárias federais desde o início das operações. No encerramento do 1T10, o percentual de receita por meios eletrônicos estava próximo ao nível das concessionárias estaduais no 1T05 e, portanto, podemos assumir que a participação da receita por meios eletrônicos nos próximos períodos tende a crescer.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

O EBITDA do trimestre foi de R\$183,6 milhões (margem de 39,1%), apresentando crescimento de 99,1% em relação ao 1T09. Tal crescimento foi impactado pelo início de operação das praças de pedágio das concessionárias federais. O EBITDA Ajustado (antes do IFRS) atingiu R\$ 202,9 milhões (+114,5%) e margem de 43,2%.

EBITDA (Em milhares de reais)					
	1T10	4T09	1T09	Var% 1T10/4T09	Var% 1T10/1T09
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	469.543	485.665	435.410	-3,3%	7,8%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(285.968)	(276.765)	(343.199)	3,3%	-16,7%
EBITDA ¹	183.575	208.900	92.211	-12,1%	99,1%
Margem EBITDA	39,1%	43,0%	21,2%		
(+) Provisão para manutenção de rodovias	25.217	21.498	15.527	17,3%	62,4%
(+) Ajustes de consolidação	(5.856)	(38.647)	(13.122)	-84,8%	-55,4%
EBITDA Ajustado ² (antes do IFRS)	202.936	191.751	94.616	5,8%	114,5%
Margem EBITDA	43,2%	39,5%	21,7%		

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.
 2) Considera ajuste referente à reversão dos Lucros não realizados e provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

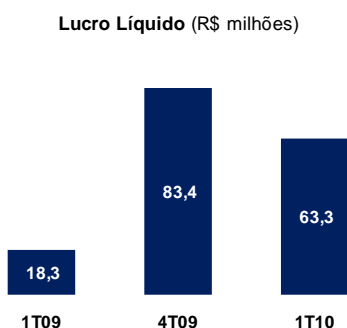
01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Para comparabilidade da informação com os dados reportados pela Companhia antes da adoção de tais práticas contábeis, foram feitos ajustes na base de cálculo do EBITDA para reversão do montante relativo à "Provisão para manutenção em rodovias" e para o estorno dos ajustes dos lucros não realizados das empresas Latina Manutenção, Latina Sinalização e Paulista, conforme apresentado na tabela acima.

LUCRO LÍQUIDO

A Companhia obteve um lucro de R\$ 63,3 milhões, representando um crescimento de R\$ 44,9 milhões comparado ao 1T09.



ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 1T10 com um Endividamento Líquido de R\$1.354,5 milhões, praticamente em linha com o endividamento apresentado no término do 4T09, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Endividamento Líquido (R\$ Mil)	1T10	4T09	1T09	Var% 1T10/4T09	Var% 1T10/1T09
Dívida Bruta	1.821.513	1.793.933	1.425.239	1,5%	27,8%
Curto Prazo	1.784.227	946.883	1.158.274	88,4%	54,0%
Longo Prazo	37.286	847.050	266.965	-95,6%	-86,0%
Caixa e bancos	29.982	20.379	147.268	47,1%	-79,6%
Aplicações Financeiras	431.615	421.813	98.860	2,3%	336,6%
Aplicações Financeiras (LP)	5.456	5.298	5.233	3,0%	4,3%
Total Disp. e Aplicações	467.053	447.490	251.361	4,4%	85,8%
Dívida Líquida	1.354.460	1.346.443	1.173.878	0,6%	15,4%

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

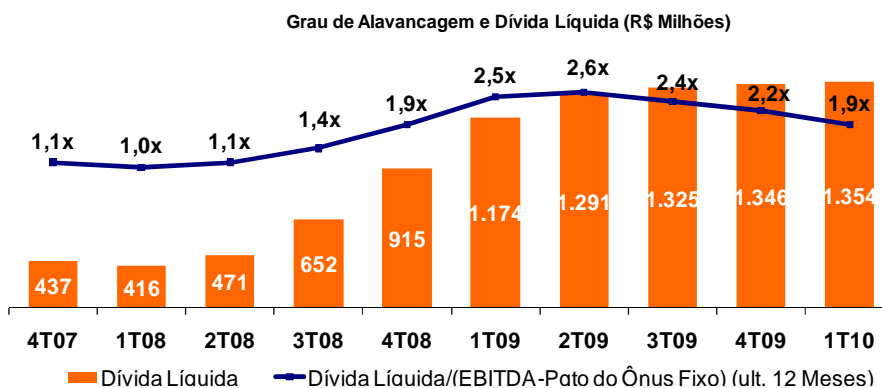
Este aumento de 0,6% ou R\$8,0 milhões no endividamento líquido frente ao 4T09 deve-se principalmente aos seguintes movimentos:

- (i) Aumento de R\$5,0 milhões em virtude da emissão de Notas Promissórias realizada pela concessionária Vianorte em fevereiro de 2010, no valor total de R\$50,0 milhões, com custo de CDI + 0,95% a.a. e vencimento em 150 dias, que foram emitidas para o pagamento antecipado do financiamento do BNDES de longo prazo na concessionária Vianorte; no valor de R\$ 45,0 milhões;
- (ii) Aumento de R\$15,1 milhões nos desembolsos do Empréstimo Ponto junto ao BNDES para as concessionárias Federais;
- (iii) Redução de R\$19,6 milhões referentes ao aumento das disponibilidades e aplicações.
- (iv) Aumento de R\$7,4 milhões em função de juros apropriados e outras movimentações;

Empréstimo Ponte BNDES (Concessões Federais): No 1T10 foram desembolsados R\$15,1 milhões pelas concessionárias federais. Até 31 de março de 2010 já haviam sido desembolsados R\$798,4 milhões do total de R\$1,0 bilhão referente ao “Empréstimo Ponte BNDES” assinado pelas concessionárias federais.

Empréstimo de Longo Prazo BNDES (Concessões Federais): A Companhia estrutura junto ao BNDES o financiamento de longo prazo das concessionárias federais. A expectativa é de que os primeiros desembolsos desta linha de crédito ocorram em meados de 2010.

A seguir apresentamos gráfico com o acompanhamento trimestral do Grau de Alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/(EBITDA – Pqto. do Ônus Fixo) (últimos 12 meses), que reflete o aumento do endividamento líquido, derivado do desenvolvimento dos programas de investimentos nas concessionárias federais. Encerramos o trimestre com o Grau de Alavancagem em 1,9x.



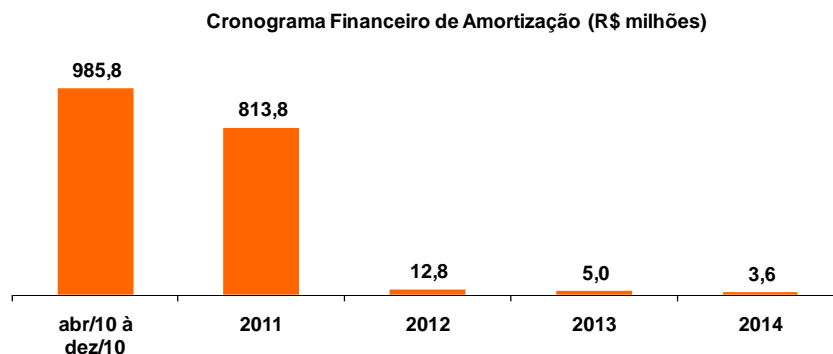
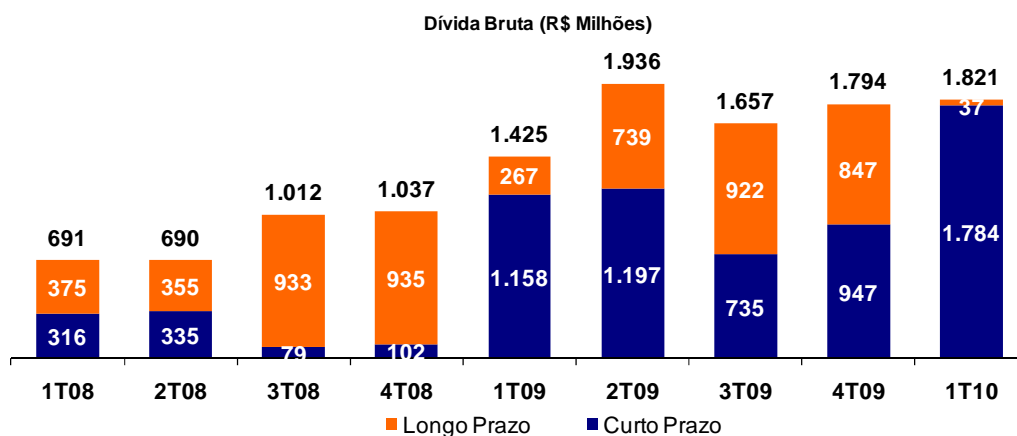
01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Segue tabela com a composição dos indexadores de nosso endividamento bruto:

Endividamento (R\$ Mil)	1T10	4T09	1T09	Var% 1T10/4T09	Var% 1T10/1T09
Indexadores da Dívida					
TJLP	853.761	888.772	117.391	-3,9%	627,3%
CDI	966.297	900.685	1.302.143	7,3%	-25,8%
Outros	1.455	4.476	5.705	-67,5%	-74,5%
Total	1.821.513	1.793.933	1.425.239	1,5%	27,8%

Abaixo demonstramos graficamente o endividamento bruto e o cronograma financeiro de amortização da companhia:



01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Eventos Subsequentes:

Empréstimo de Longo Prazo (Concessões Estaduais): As concessionárias estaduais Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte finalizaram a operação de emissão de debêntures no valor de R\$1.372,8 milhões. A liquidação ocorreu entre os dias 26 e 27 de abril de 2010.

Os recursos da emissão serão destinados basicamente a: (i) refinanciamento das Notas Promissórias emitidas em novembro de 2009 no valor agregado de R\$ 700 milhões vincendas em abril de 2010 nas concessionárias Autovias, Centrovias e Intervias; (ii) quitação das Notas Promissórias emitidas em fevereiro de 2010 utilizadas para o pagamento antecipado do endividamento junto ao BNDES no valor aproximado de R\$50 milhões na Vianorte e; (iii) recursos adicionais de R\$622,8 milhões destinados a futuros investimentos e pagamento de dividendos nestas concessionárias.

A seguir, quadro com resumo dos principais dados da oferta:

Emissores	Autovias	Centrovias	Vianorte	Intervias
Volume Tranche CDI	R\$285 Milhões CDI + 1,6% Prazo: 5 anos Duration: 2,3 anos	R\$286.1 Milhões CDI + 1,7% Prazo: 5 anos Duration: 2,3 anos	R\$153,8 Milhões CDI + 1,7% Prazo: 5 anos Duration: 2,3 anos	R\$307,9 Milhões CDI + 1,5% Prazo: 5 anos Duration: 2,3 anos
Volume Total CDI: R\$ 1.032,8 Milhões				
Volume Tranche IPCA	R\$120 Milhões IPCA + 8% Prazo: 7 anos Duration: 5 anos	R\$120 Milhões IPCA + 8% Prazo: 7 anos Duration: 5 anos	R\$100 Milhões IPCA + 8% Prazo: 7 anos Duration: 5 anos	
Volume Total IPCA: R\$ 340 Milhões				
Volume Total	Volume Total – Títulos Locais: R\$ 1.372,8 Milhões			
Data da Emissão	15 de Março de 2010			
Rating (Moody's)	Aa2.Br	Aa3.Br	Aa3.Br	Aa1.Br
Covenants Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> Dívida Líquida/ (EBITDA – Pagamento do Ônus Fixo) ≤ 3,50 DSCR = (Disponibilidades + FCAO) / Dívida de Curto Prazo ≥ 1,2 			
Cordenadores	Itaú BBA, BTG Pactual e Santander (Co-Manager)			
Bookbuilding	9 de Abril de 2010			
Data de Encerramento	30 de Abril de 2010			

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ÔNUS FIXO PAGO AO PODER CONCEDENTE

Em consonância com os contratos de concessões estaduais, no 1T10 as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente R\$ 13,6 milhões a título de ônus fixo. Veja tabela abaixo:

Ônus Fixo Pago (Fluxo de Caixa)	1T10	4T09	1T09	Var% 1T10/4T09	Var% 1T10/1T09
Total	(13.595)	(13.595)	(13.118)	0,0%	3,6%
Autovias	(1.431)	(1.431)	(1.381)	0,0%	3,6%
Centrovias	(2.142)	(2.141)	(2.067)	0,0%	3,6%
Intervias	(1.333)	(1.333)	(1.286)	0,0%	3,7%
Vianorte	(8.689)	(8.690)	(8.384)	0,0%	3,6%

Em 31 de março de 2009, o valor nominal e o numero de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Saldo Nominal (R\$ mil)			Parcelas mensais a pagar		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Autovias	5.819	43.391	49.210	12	89	101
Centrovias	8.707	62.736	71.443	12	86	98
Intervias	5.418	48.119	53.537	12	106	118
Vianorte	35.325	245.638	280.963	12	83	95
Total	55.269	399.884	455.153			

INVESTIMENTOS

Os investimentos em ativo intangível e imobilizado somaram R\$113,4 milhões, dentre os principais investimentos estão:

- Recuperação especial de obras de arte ao longo do trecho sobre concessão na rodovia Anhanguera (SP-330), implantação de marginais e dispositivos na SP 322 km 319,5;
- Desdobramento das praças de pedágio nos municípios de Itirapina, Rio Claro e Dois Córregos, na Centrovias para alteração bidirecional do sistema de cobrança (cobrança nos dois sentidos da rodovia);
- Obras para a implantação da Praça 1 de pedágio na Autopista Fernão Dias, no município de Mairiporã; e

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- Diversas obras de recuperação de pavimento, defensas e sinalização nas rodovias sobre concessão.

Abaixo apresentamos a composição dos investimentos realizados:

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T10		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	5.140	1.580	3.560
Centrovias	10.240	7.582	2.658
Intervias	6.042	2.963	3.079
Vianorte	9.990	3.245	6.745
Estaduais	31.412	15.370	16.042
Planalto Sul	13.035	13.035	-
Fluminense	9.301	9.301	-
Fernão Dias	26.473	26.473	-
Régis Bittencourt	27.693	27.693	-
Litoral Sul	15.192	15.192	-
Federais	91.694	91.694	-
Total	123.106	107.064	16.042
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	<i>6.281</i>	<i>6.281</i>	-
Total	129.387	113.345	16.042

Adicionalmente foram pagos a título de manutenção especial o valor de R\$16,0 milhões no período.

Informações Adicionais: com a adoção das novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, os investimentos futuros em manutenção das rodovias passaram a ser contabilizados no resultado da Companhia como “Provisão para Manutenção em Rodovias” dentro do “Custo dos Serviços Prestados”. Da mesma forma, os pagamentos (fluxo de caixa) relacionados à manutenção em rodovias passaram a ser contabilizados no “Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais” e não mais no “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos”.

DIVIDENDOS

A AGO/E realizada em 30/04/2010 aprovou a distribuição de R\$ 41,9 milhões (R\$0,6077294 por ação), a serem pagos até 31/05/2010. Sendo que somente os acionistas detentores de ações da Companhia até a data da Assembléia Geral Ordinária receberão tais dividendos.

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

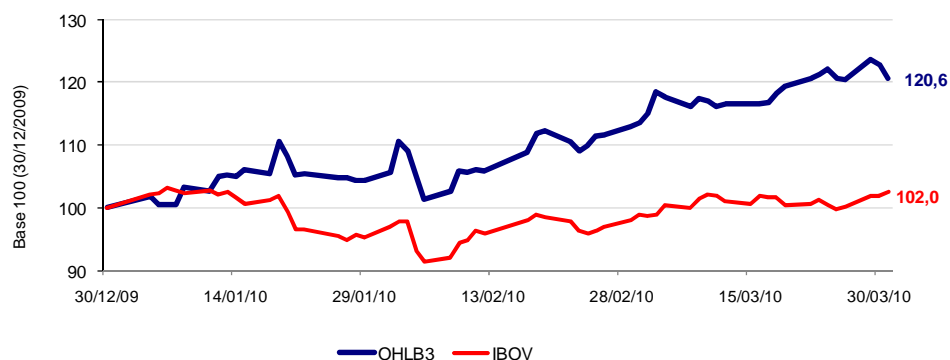
QUADRO DE PESSOAL

A seguir apresentamos a composição e evolução do quadro de pessoal da OHL Brasil e de suas controladas:

Quadro de Pessoal	31/03/10	31/03/09	Var.
OHL (Holding)	89	83	6
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.221	1.228	(7)
Autovias	189	194	(5)
Centrovias	251	252	(1)
Intervias	539	543	(4)
Vianorte	242	239	3
<i>Concessionárias Federais</i>	1.617	1.575	42
Litoral Sul	282	258	24
Planalto Sul	151	152	(1)
Fluminense	229	219	10
Fernão Dias	444	439	5
Régis Bittencourt	511	507	4
Paulista	177	203	(26)
Latina Manutenção	1.287	1.095	192
Latina Sinalização	159	171	(12)
Total	4.550	4.355	195

MERCADO DE CAPITAIS

Durante o 1T10 as ações da OHL Brasil apresentaram valorização de +20,6%, contra +2,0% do IBOVESPA.



Média Diária	1T10	4T09	1T09	1T10/4T09	1T10/1T09
Nº de Negócios	214	173	67	23,7%	219,4%
Nº de Ações Negociadas	155.338	86.962	119.575	78,6%	29,9%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	5,78	2,70	1,64	113,9%	252,1%

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

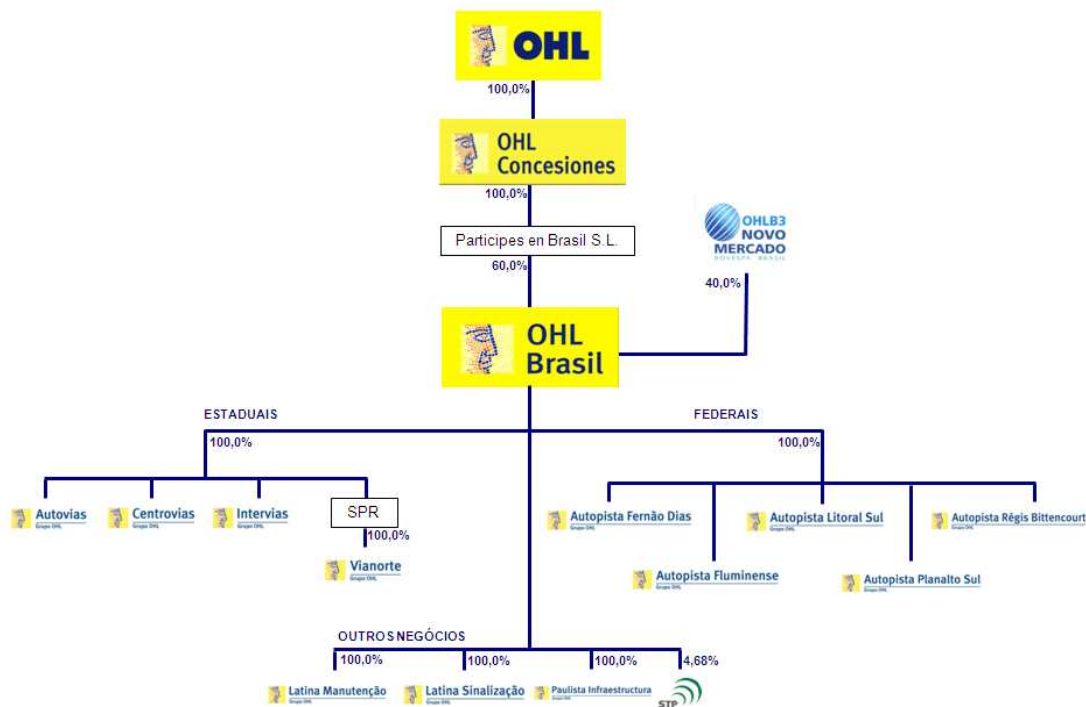
12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A seguir quadro com a composição acionária da companhia em 31/03/2010:

Composição Acionária	31/03/10	Part %
Participes en Brasil S.L. (OHL)	41.333.326	60,0%
Credit Suisse Hedging Griffo	8.021.000	11,6%
Skopos Adm. De Recursos Ltda.	6.018.400	8,7%
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,0%
Conselho de Administração	7	0,0%
Outros	10.070.910	14,6%
Total	68.888.088	100,0%

ESTRUTURA SOCIETÁRIA



01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

CARTEIRA DE ATIVOS DE CONCESSÃO

Abaixo apresentamos as principais informações referentes a nossa carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Concessões Estaduais					
Autovias	316,6	5	ago/2018	ago/2018	IGP-M
Centrovias	218,2	5	jun/2018	jun/2019	IGP-M
Intervias	375,7	9	fev/2020	jan/2028	IGP-M
Vianorte	236,6	4	mar/2018	mar/2018	IGP-M
Concessões Federais					
Litoral Sul	382,3	5	n.a.	fev/2033	IPCA
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	fev/2033	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	fev/2033	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	fev/2033	IPCA
Regis Bittencourt	401,6	6	n.a.	fev/2033	IPCA

QUEM SOMOS

A OHL Brasil S.A. é uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A Companhia é uma empresa brasileira com 60,0% do seu controle detido pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve desde novembro de 2000 atividades na área de promoção de infra-estrutura (portos, aeroportos, rodovias e ferrovias), incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral da OHL S.A. empresa espanhola do setor de construção e concessão e uma das líderes desses setores. Fundada há 98 anos e estabelecida atualmente em 21 países, a OHL S.A está listada na Bolsa de Madri desde 1991.

01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67
---------	----------------------------------	--------------------

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Para maiores informações acesse:

www.ohlbrasil.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento da OHL Brasil. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da OHL Brasil em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)			
01	AUTOVIAS S.A.	02.679.185/0001-38	ABERTA CONTROLADA	100,00	15,73
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS			114.182		114.182
02	CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.	02.555.926/0001-79	ABERTA CONTROLADA	100,00	9,46
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS			54.264		54.264
03	CONCESSIONÁRIA ROD DO INTERIOR PTA S/A	03.207.703/0001-83	ABERTA CONTROLADA	100,00	15,92
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS			4.321		4.321
04	VIANORTE S.A.	02.366.097/0001-86	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	100,00	48,60
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS			1.071		1.071
05	AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A	09.325.109/0001-73	ABERTA CONTROLADA	100,00	2,35
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS			25.001		25.001
06	AUTOPISTA FLUMINENSE S/A	09.324.949/0001-11	ABERTA CONTROLADA	100,00	5,99
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS			63.001		37.001
07	AUTOPISTA FERNÃO DIAS S/A	09.326.342/0001-70	ABERTA CONTROLADA	100,00	6,90
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS			88.001		63.001
08	AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT S/A	09.336.431/0001-06	ABERTA CONTROLADA	100,00	10,43
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS			84.001		54.001
09	AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.	09.313.969/0001-97	ABERTA CONTROLADA	100,00	4,16
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS			51.001		51.001

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)		
10	PAULISTA INFRA-ESTRUTURA LTDA	07.222.218/0001-30	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,41
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		500		500
11	LATINA MANUTENÇÃO DE ROD LTDA	07.207.197/0001-83	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,79
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		250		250
12	SPR SOC. PARA PART. EM ROD S.A.	07.711.651/0001-39	FECHADA CONTROLADA	100,00	21,08
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		242.421		242.421
13	LATINA SINALIZAÇÃO DE ROD LTDA	10.514.390/0001-71	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,36
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		250		250

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA						
Companhia: Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.					Posição em 31/03/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
PARTICIPES EN BRASIL UNIPERSONAL S L*	41.333.326	60,00			41.333.326	60,00
CREDIT SUISSE HEDGING GRIFFO	8.028.800	11,65			8.028.800	11,65
GREEN HG FUND LLC	1.616.600	2,35			1.616.600	2,35
CSHG VERDE MASTER FIM	4.722.700	6,86			4.722.700	6,86
CSHG HUGO FICFIM	2.900	0,00			2.900	0,00
CSHG VERDE EQUITY MASTER FIA	1.549.600	2,25			1.549.600	2,25
CLUBE DE INV HG IPANEMA	14.000	0,02			14.000	0,02
CSHG ROKA FIA	8.000	0,01			8.000	0,01
CSHG SEIUZ FIA	6.000	0,01			6.000	0,01
CSHG RL PREV FIA	23.000	0,03			23.000	0,03
CSHG PHIREN FIA	41.000	0,06			41.000	0,06
HG JOREROS FIA	8.000	0,01			8.000	0,01
CSHG CABRA FIA	23.000	0,03			23.000	0,03
CSHG ZAPPIAC FIA	7.000	0,01			7.000	0,01
CSHG TOULON AÇÕES FIA	7.000	0,01			7.000	0,01
SKOPOS ADM. DE RECURSOS LTDA.	6.018.400	8,74			6.018.400	8,74
SKOPOS HG GREY CITY FUND LLC	372.600	0,54			372.600	0,54
SKOPOS MASTER FIA	3.826.000	5,55			3.826.000	5,55
SKOPOS HG FUND LLC	1.405.800	2,04			1.405.800	2,04
SKOPOS HG BRK FUND LLC	377.500	0,55			377.500	0,55
SKOPOS CARDEAL FIA	36.500	0,05			36.500	0,05
KENDALL DEVELOPS S L*	3.444.445	5,00			3.444.445	5,00
OUTROS	10.063.917	14,61			10.063.917	14,61
Total	68.888.888	100,00			68.888.888	100,00

* Sede: Espanha

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: PARTICIPES EN BRASIL UNIPERSONAL S L					Posição em 13/05/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
OHL CONCESIONES S. L. UNIPERSONAL	1.000.100	100,00			1.000.100	100,00
Total	1.000.100	100,00			1.000.100	100,00

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: OHL CONCESIONES S. L. UNIPERSONAL					Posição em 13/05/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
OBRASCON HUARTE LAIN S.A.	1.000.000.000	100,00			1.000.000.000	100,00
Total	1.000.000.000	100,00			1.000.000.000	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: OBRASCON HUARTE LAIN S.A.					Posição em 13/05/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
GRUPO VILLAR MIR SL	49.374.489	49,50			49.374.489	49,50
ESPACIO ACTIVOS FINANCIEROS, S.L.	7.637.799	7,66			7.637.799	7,66
OUTROS - MERCADO	42.728.654	42,84			42.728.654	42,84
Total	99.740.942	100,00			99.740.942	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: GRUPO VILLAR MIR SL					Posição em 13/05/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
INMOBILIARIA ESPACIO S.A.	2.512.299	100,00			2.512.299	100,00
Total	2.512.299	100,00			2.512.299	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: INMOBILIARIA ESPACIO S.A.					Posição em 13/05/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
JUAN VILLAR-MIR DE FUENTES	721.138	28,70			721.138	28,70
SILVIA VILLAR-MIR DE FUENTES	721.138	28,70			721.138	28,70
ÁLVARO VILLAR-MIR DE FUENTES	721.138	28,70			855.582	28,70
D. JUAN-MIGUEL VILLAR MIR	140.870	5,61			140.870	5,61
AÇÕES EM TESOURARIA	208.015	8,28			208.015	8,28
Total	2.512.299	100,00			2.512.299	100,00

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em (23/04/2010)						
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	41.333.326	60,00			41.333.326	60,00
Administradores						
Conselho de Administração	7	0,00			7	0,00
Diretoria	0	0,00			0	0,00
Outros (Free Float)						
Outros Acionistas	27.555.555	40,00			27.555.555	40,00
Conselho Fiscal*	0	0,00			0	0,00
Total	68.888.888	100,00			68.888.888	100,00

* O Conselho Fiscal foi instalado em 19/04/2007

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em (23/04/2009)						
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	41.333.326	60,00			41.333.326	60,00
Administradores						
Conselho de Administração	7	0,00			7	0,00
Diretoria	0	0,00			0	0,00
Outros (Free Float)						
Outros Acionistas	27.555.555	40,00			27.555.555	40,00
Conselho Fiscal*	0	0,00			0	0,00
Total	68.888.888	100,00			68.888.888	100,00

* O Conselho Fiscal foi instalado em 19/04/2007

VINCULAÇÃO À CLÁUSULA COMPROMISSÓRIAS DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contidas no formulário de Informações Trimestrais - ITR's da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("Sociedade"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

01977-1

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.

02.919.555/0001-67

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações trimestrais reapresentadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, as Informações Trimestrais – ITR, originalmente apresentadas em 7 de maio de 2010, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência em 2010. Os efeitos da adoção dessas normas estão apresentados na referida nota explicativa.

Campinas, 10 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour
Contador
CRC nº. 1 SP 156465/O-9

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas da ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67
---------	----------------------------------	--------------------

23.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

- Reapresentação das informações em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007 e respectivas alterações.
- “Reapresentação referente a ajuste no relatório dos auditores independentes e ajustes não significativos nas notas explicativas”.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	11
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	12
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	14
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	16
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	18
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	20
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	21
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	22
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	99
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	100
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	117
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	119
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	122
		AUTOVIAS S.A.	
		CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.	
		CONCESSIONÁRIA ROD DO INTERIOR PTA S/A	
		VIANORTE S.A.	
		AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A	
		AUTOPISTA FLUMINENSE S/A	
		AUTOPISTA FERNÃO DIAS S/A	
		AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT S/A	
		AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.	
		PAULISTA INFRA-ESTRUTURA LTDA	
		LATINA MANUTENÇÃO DE ROD LTDA	
		SPR SOC. PARA PART. EM ROD S.A.	
		LATINA SINALIZAÇÃO DE ROD LTDA	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	124